



# Plano Agrícola e Pecuário 2008/2009

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Secretaria de Política Agrícola

# Plano Agrícola e Pecuário 2008/2009

## **Missão Mapa**

*Promover o desenvolvimento sustentável e  
a competitividade do agronegócio  
em benefício da sociedade brasileira.*

Brasília  
2008

© 2008 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.  
Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial  
ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja  
para venda ou qualquer fim comercial.  
A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens  
desta obra é do autor.

Tiragem: 20.000 exemplares  
Ano 2008

Elaboração, distribuição, informações:  
**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**  
Secretaria de Política Agrícola  
Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 5º andar, sala 504  
CEP: 70043-900, Brasília – DF  
Tel.: (61) 3218-2505/2507/2559  
Fax.: (61) 3224-8414  
[www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br)  
e-mail: [spa@agricultura.gov.br](mailto:spa@agricultura.gov.br)  
Central de Relacionamento: 0800 704 1995  
Coordenação Editorial: Assessoria de Comunicação Social

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Catálogo na Fonte  
Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI

---

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.  
Plano Agrícola e Pecuário 2008-2009 / Ministério da Agricultura, Pecuária e  
Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. – Brasília : Mapa/  
SPA, 2008.  
68 p.

ISSN 1982-4033

1. Política agrícola. 2. Pecuária. 3. Planejamento agrícola. 4. Crédito rural. I.  
Secretaria de Política Agrícola. II. Título.

AGRIS E14  
CDU 63:338.2

---

# Sumário

Introdução 5

Crédito Para Agricultura Empresarial:  
R\$ 65 Bilhões 11

Apoio à Comercialização,  
Abastecimento e Estocagem 25

Minimização de Riscos Climáticos no  
Setor Agropecuário 37

Reestruturação da Dívida Rural 47

Medidas Setoriais 53

Medidas Estruturais 63





# 1

**Introdução**



# 1 Introdução

O revigorado desempenho do setor agropecuário, atestado por safras recordes e acentuada expansão das exportações, tem dado importante contribuição para a retomada do crescimento da economia brasileira. Esse fato é percebido, especialmente, no atual cenário econômico internacional que, mesmo com seus efeitos adversos, tem perspectivas favoráveis em relação ao mercado agrícola mundial e às possibilidades de expansão do agronegócio brasileiro nos mercados interno e externo.

Desde 2005, a produção de grãos retomou sua tendência ascendente, após enfrentar dois anos de crise, marcados por problemas climáticos e um cenário de custos e preços desfavoráveis. A safra recorde de 143,7 milhões, registrada em 2007/2009, deverá se repetir nesta safra 2008/2009, em consonância com as perspectivas positivas para o setor.

O Governo regulamentou as medidas do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2008/2009 com o propósito de fortalecer o setor, visando a expansão e consolidação de suas funções tradicionais de abastecimento do mercado interno, geração de emprego, renda e divisas, e crescente inserção no mercado internacional.

Publicado anualmente, o plano é um esforço persistente de apresentar as diretrizes de política agrícola e proporcionar ao setor produtivo meios para alcançar seus objetivos, além de contribuir para atenuar os

efeitos negativos das deficiências de infraestrutura e das adversidades climáticas. O PAP também tem o objetivo de promover a recuperação de áreas degradadas de pastagens, em acréscimo às demais iniciativas de preservação ambiental.

A exemplo dos anteriores, esse plano busca aprimorar os instrumentos de política agrícola em sintonia com os mercados agrícolas interno e externo e com o cenário macroeconômico. Tudo isso em harmonia com as demais políticas públicas e assegurando níveis adequados de apoio ao setor que permitam seu crescimento sustentável.

As principais medidas contidas no Plano Agrícola e Pecuário 2008/2009 são:

- Renegociação da dívida agrícola;
- Expansão do volume total de recursos do crédito rural;
- Incentivo às iniciativas de preservação ambiental;
- Aumento nos gastos com o programa de subvenção ao prêmio do seguro rural;
- Fortalecimento das prioridades definidas pelo Mapa;
- Redução de encargos financeiros do crédito rural;
- Ampliação da abrangência do programa de zoneamento agrícola;



■ Gestões para a aprovação de projeto de lei complementar que cria o Fundo de Catástrofe do Seguro Rural.

A renegociação da dívida rural e as medidas a serem adotadas para sua implementação têm elevado significado para a intensificação do bom desempenho alcançado pelo agronegócio nacional, pois elimina incertezas, recupera a capacidade de investimento e cria um ambiente favorável à tomada de decisões.

A adoção dessa e das demais medidas do Plano Agrícola e Pecuário 2008/2009 contribui para o esforço de modernização das atividades agropecuárias e de crescimento da produção e das exportações. Colabora igualmente para o alcance dos demais objetivos de crescimento sustentável do agronegócio. Em consequência, melhoram as condições de aproveitamento das oportunidades resultantes da alta dos preços agrícolas, em benefício não só dos produtores, mas também dos consumidores.

O Mapa considera que, apesar da importância das ações do Plano Agrícola e Pecuário, o mérito pelo excelente desempenho da agropecuária nacional deve ser creditado essencialmente ao produtor brasileiro, cuja capacidade empreendedora é reconhecida internacionalmente.

O PAP 2008/2009 reafirma as prioridades do Mapa para o setor agropecuário, especialmente nas áreas de crédito e seguro rural, comercialização e abastecimento, adequação da oferta de insumos agrícolas, agroenergia, infra-estrutura e logística.

No ciclo 2007/2008, foram obtidos importantes avanços na implementação dessas prioridades, em particular nas áreas diretamente ligadas ao Mapa. A oferta total de recursos da agricultura empresarial aumentou 16%, passando de R\$ 50 bilhões, na safra 2006/2007, para R\$ 58 bilhões, na safra seguinte, sendo que o volume de recursos controlados cresceu 25,75%, de R\$ 30,1 bilhões para R\$ 37,85 bilhões.

No que se refere aos recursos destinados à comercialização, no período de março de 2007 a março de 2008, o Governo aplicou R\$ 1,6 milhão, beneficiando 9,7 milhões de toneladas de grãos e fibras, por meio de instrumentos de aquisição de produtos e de equalização de preços. Nesse mesmo período, o Governo vendeu 1,5 milhão de toneladas de produtos dos estoques públicos em apoio ao abastecimento, gerando uma receita de aproximadamente R\$ 550 milhões.

Foram reduzidos encargos financeiros de diversas linhas de crédito de custeio e de comercialização e também de programas de investimento do setor rural.

Os gastos do Governo com o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) aumentaram 95,9%, passando de R\$ 31,1 milhões, em 2006, para R\$ 60,96 milhões, em 2007, quando o capital assegurado atingiu R\$ 2,7 bilhões, para uma cobertura securitária de 2,3 milhões de hectares.

Foi iniciada uma grande discussão entre representantes do Governo, do Parlamento e do setor produtivo sobre a dívida agrícola, que está sendo reestruturada pela Medida Provisória 432, editada pelo presidente da República no final de maio. O objetivo da MP é facilitar a quitação das operações de crédito efetuadas nas décadas de 80 e 90. Essa medida tem potencial para beneficiar 2,8 milhões de contratos e abrange dívidas da ordem de R\$ 75 bilhões, ou seja, 86% do estoque da dívida agrícola, estimada em R\$ 87,5 bilhões. A redução dos custos financeiros e a ampliação dos prazos de pagamento da dívida resultarão em maior liquidez para o produtor rural e ampliação em sua capacidade de investimento.

Para a safra 2008/2009, serão fortalecidas ações de recuperação de áreas degradadas, por meio do lançamento de Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável (Produsa).



Os objetivos do PAP 2008/2009 são:

- Estimular a expansão da produção agropecuária;
- Intensificar o apoio à produção e comercialização de alimentos para formar estoques de segurança;
- Melhorar a liquidez do produtor;
- Reduzir o impacto do aumento no custo de produção;

- Incentivar a recuperação de áreas degradadas;
- Incentivar a adoção de sistemas sustentáveis de produção e manejo, em sintonia com a legislação ambiental;
- Ampliar a cobertura do seguro rural como ferramenta de gestão de risco;
- Aumentar investimentos em infra-estrutura.

Esta publicação traz o detalhamento desses objetivos e das prioridades do Mapa para o setor agropecuário.





# 2

**Crédito Para  
Agricultura Empresarial:  
R\$ 65 Bilhões**



## 2 Crédito Para Agricultura Empresarial: R\$ 65 Bilhões

Uma das diretrizes da política agrícola para a safra 2008/2009 é aumentar o volume de recursos do crédito rural, o limite de adiantamento por produtor, além de promover algumas mudanças nas normas do crédito. A oferta para a agricultura empresarial, nesta safra, é de R\$ 65 bilhões, 12% a mais do que o previsto para a safra anterior, além dos R\$ 13 bilhões para a agricultura familiar.

O maior incremento foi no volume de recursos ofertados a juros controlados. Do total ofertado, R\$ 45,4 bilhões terão encargos financeiros de 6,75%, montante 20% maior do que o disponível no ciclo 2007/2008.

As normas do crédito rural para a safra 2008/2009 tiveram os seguintes ajustes:

- **Incentivo à agricultura orgânica, por**

- meio do limite adicional de 15% no custeio, possibilitando o financiamento de sistemas orgânicos de produção agropecuária por meio do novo programa de investimento (Produsa);

- **Elevação de 20% nos limites de custeio do sistema de parceria (integração);**

- **Exclusão do custeio do feijão para fins do cálculo dos limites de financiamento com recursos controlados;**

- **Elevação de 30% nos limites em operações de pré-custeio;**

### 2.1. Custeio e Comercialização

Do total de crédito disponível, R\$ 55 bilhões são destinados ao custeio e à comercialização da safra 2008/2009 (Tabela 1).

Volume de recursos programados para custeio e comercialização (R\$ bilhões)			
ITENS	2007/2008	2008/2009	VARIAÇÃO (%)
Custeio e comercialização	49,10	55,0	12,0
Juros controlados	37,85	45,4	19,9
Juros livres	11,25	9,6	-14,7

Tabela 1

## 2.2. Crédito de Investimento

Entre as principais medidas para o crédito de investimento na safra 2008/2009, estão o aumento no volume de recursos e no limite de crédito para programas de investimento e a criação de um programa de investimento, com recursos previstos de R\$ 1 bilhão, para estimular a produção agropecuária sustentável. Dos R\$ 10 bilhões do orçamento destinados para investimento, R\$ 6,5 bilhões estão disponíveis nos programas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e R\$ 3,5 bilhões têm como fonte os Fundos Constitucionais.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) também criou uma nova linha de financiamento, destinada à aquisição de tratores para a agricultura familiar, com taxa de juros de 2% ao ano. Os programas de investimentos tiveram algumas alterações, que entram em vigor a partir da safra 2008/2009, como a elevação de 25% no limite por beneficiário, no Moderagro, e de 33% no limite por beneficiário, no Propflora.

### 2.2.1. Produção Sustentável do Agronegócio (Produsa)

O Produsa foi criado para estimular a recuperação de áreas degradadas, reinserindo-as no processo produtivo, além de estimular a adoção de sistemas sustentáveis, em consonância com a legislação ambiental. Ele incorporou os programas Propasto, Prossolo, Sisvarzea, Prolapec e os itens do Moderagro relacionados à conservação ou recuperação de solos e de pastagens. O Produsa se estrutura nas seguintes diretrizes:

- Implantação de sistemas produtivos sustentáveis, priorizando a recuperação de áreas e pastagens degradadas;
- Implantação de medidas que visam o melhor uso do solo, a geração de energia limpa e renovável e o aproveitamento de resíduos vegetais;
- Incentivo para o produtor rural se ajustar à legislação ambiental vigente.

Programas de investimento				
Programa	Programado 07/08 (R\$) milhões	Programado 08/09 (R\$) milhões	Limite de Crédito (R\$ mil)	Prazo Máximo (anos)
MODERINFRA	500	500	1.000 <sup>(1)</sup>	8
MODERAGRO	1.400	850	250 <sup>(1)</sup>	8
PROPFLORA	100	150	200	12
PROLAPEC	200	1.000	300 ou 400	5 a 12
PRODUSA (Novo Programa) <sup>(2)</sup>				
PRODECOOP	1.050	1.000	35.000	12
MODERFROTA	3.000	2.500	<sup>(3)</sup>	4 a 8
MODERFROTA-PROGER RURAL		500		4 a 8
FINAME ESPECIAL	200	-	-	-
TOTAL BNDES	6.450	6.500	6.500	-
FUNDOS CONSTITUCIONAIS	2.500	3.500	3.500	-
PROGER RURAL - investimento	100	-	150-	8-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>9.050</b>	<b>10.000</b>	<b>10.000</b>	<b>-</b>

Tabela 2

Fonte e elaboração: SPA/Mapa

(1) Limites de crédito para empreendimentos individuais. Para empreendimentos coletivos no Moderagro, o limite é de até R\$ 750 mil, por modalidade, e de até R\$ 3 milhões, no Moderinfra.

(2) O Produsa incorporou os itens financiáveis do extinto Prolapec.

(3) Produtores com renda bruta anual de até R\$ 250 mil, ou seja, enquadrados no Proger Rural, terão até 100% do valor do financiamento. Os demais, até 90%.

Os objetivos do Produza são:

a) Disseminar o conceito de agronegócio sustentável e responsável, agregando características de eficiência, boas práticas agrícolas (BPA), responsabilidade social e preservação do meio ambiente;

b) Estimular ações de sustentabilidade ambiental no agronegócio;

c) Estimular a recuperação de áreas de pastagens degradadas para o aumento da produção e produtividade agropecuária em bases sustentáveis;

d) Apoiar ações de legislação ambiental para regularização das propriedades rurais referentes à reserva legal, áreas de preservação permanente, tratamento de dejetos e resíduos, entre outros;

e) Ampliar a atividade agropecuária em áreas degradadas ou que estejam em processo de recuperação, diminuindo a pressão por desmatamento em novas áreas;

f) Assegurar condições de uso racional e sustentável das áreas agrícolas e de pastagens, reduzindo problemas de preservação ambiental;

g) Intensificar a implementação de sistemas produtivos sustentáveis, como o sistema orgânico de produção agropecuária.

O Produza disporá de R\$ 1 bilhão, originário do Sistema BNDES, que será aplicado obedecendo os limites indicados na Tabela 2, que são cumulativos desde que sejam atendidas as condições do programa.

### **Itens financiáveis**

Investimentos fixos ou semifixos relacionados com:

1) Implantação de sistemas orgânicos de produção agropecuária, inclusive serviços e insumos inerentes ao período de conversão e à fase de certificação, como inscrição, inspeção e manutenção, entre outros itens;

2) Implantação e ampliação de sistemas de integração de agricultura e pecuária, ou de agricultura, pecuária e silvicultura (sistema ILPS), compreendendo:

- Adequação do solo para plantio, envolvendo preparo do solo, aquisição, transporte, aplicação e incorporação de corretivos agrícolas (calcário, gesso agrícola, adubos para correção e outros), marcação e construção de terraços, realocação de estradas e plantio de cultivos de cobertura do solo;

- Aquisição de sementes e mudas para formação de pastagens;

- Plantação de pastagens e florestas;

- Construção e modernização de benfeitorias e instalações destinadas à produção no sistema de integração;

- Aquisição de máquinas e equipamentos para agricultura e/ou pecuária, associados ao projeto de integração, não financiáveis pelo Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota);

- Aquisição de reprodutores bovinos, ovinos e caprinos, recria e terminação;

- Aquisição de sêmen de bovinos, ovinos e caprinos;

- Assistência técnica.

3) Correção de solos e uso de várzeas já incorporadas ao processo produtivo e projetos de adequação das propriedades rurais à legislação ambiental vigente, que abrange:

- Aquisição, transporte, aplicação e incorporação de corretivos (calcário, gesso agrícola, adubos para correção e outros);

- Gastos com adubação verde;

- Implantação de práticas conservacionistas do solo;



■ Investimentos definidos como necessários à sistematização de várzeas já incorporadas ao processo produtivo, que constam em projeto técnico específico, e adequação ambiental de propriedades rurais, notadamente a recomposição das áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente, inclusive sistemas produtivos implementados sob o regime de manejo florestal sustentável nas Áreas de Reserva Legal;

4) Custeio associado ao investimento, limitado a 30% do valor financiado.

### Condições para financiamento

- **Limite de financiamento por beneficiário:** até R\$ 400 mil, quando se tratar de projetos produtivos destinados à recuperação de áreas degradadas, e até R\$ 300 mil, nos demais casos;

- **Encargos financeiros:** taxa efetiva de juros de 6,75% ao ano. Quando se tratar de projeto destinado à recuperação de áreas degradadas, a taxa efetiva de juros será de 5,75% ao ano;

- **Prazo de reembolso:** até oito anos, com três anos de carência; até 12 anos, com até três anos de carência, quando se tratar de sistemas produtivos de integração agricultura, pecuária e silvicultura (esse prazo só será admitido quando a componente silvicultura estiver presente); até cinco anos, com até dois anos de carência, quando o crédito for destinado exclusivamente para correção de solos.

### 2.2.2. Programa de Incentivo à Armazenagem para Empresas Cerealistas Nacionais

Criado para apoiar o desenvolvimento e a modernização do setor de armazenagem nacional, o programa é destinado às empresas comerciais cerealistas, desde que trabalhem diretamente com o produtor rural e suas cooperativas. A linha de crédito disponível é de R\$ 300 milhões. O objetivo é beneficiar o produtor rural pela ampliação da

capacidade de armazenamento nacional do segmento cerealista, uma vez que, em curto e médio prazos, serão minimizadas as pressões de logística nos períodos de escoamento da safra.

### 2.2.3. Safra 2008/2009

#### Principais alterações

Os aspectos operacionais dos programas de investimento do BNDES são ajustados anualmente, visando a modernização constante de seus mecanismos, de acordo com as novas realidades da agropecuária nacional.

As principais alterações incorporadas para a safra 2008/2009 são:

#### Moderfrota

- Eliminação da taxa flat de 4%.

#### Moderagro

- Aumento de 25% no limite por beneficiário, que passou de R\$ 200 mil para R\$ 250 mil;
- Inclusão dos setores de horticultura e possibilidade de financiar itens relacionados a armadores de pesca, assim como equipamentos e instalações para a proteção de pomares contra a incidência de granizo. Também estão incluídos casa de mel, equipamentos necessários à implantação de sistema de rastreabilidade para os produtos apícolas e casas de vegetação ou estufas.

#### Propflora

- Aumento de 33% no limite por beneficiário, passando de R\$ 150 mil para R\$ 200 mil;
- Possibilidade de financiamento de viveiros de mudas florestais;
- Possibilidade de implantação e manutenção de florestas de dendezeiro, para a produção de biocombustível.

## Prolapec (incorporado ao Produsa)

- O programa foi absorvido pelo Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável (Produsa), o novo programa de investimento com recursos do BNDES;
- O prazo para pagamento dos projetos de Integração Lavoura-Pecuária-Silvicultura (ILPS) passou de cinco para até oito anos, com até três anos de carência. Quando o setor de silvicultura estiver incluído, o prazo poderá ser de até 12 anos.

## Proger Rural

- Ampliação para R\$ 250 mil do valor do limite de renda para enquadramento no programa;
- Aumento do limite de financiamento para R\$ 150 mil;
- Serão destacados R\$ 500 milhões, do Moderfrota, para os produtores enquadrados no Proger Rural, com encargos de 7,5% ao ano.

### 2.2.4. Programas de Investimento do BNDES

Os programas de investimento do BNDES para o setor agropecuário foram criados com o objetivo de melhorar a infra-estrutura produtiva dos agricultores e suas cooperativas. Cada programa tem um foco

específico e condições de financiamento distintas, conforme descrito a seguir:

### Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota)

Finalidade do crédito: Financiar a aquisição de tratores agrícolas e implementos associados, colheitadeiras, pulverizadores autopropelidos, plantadeiras, semeadoras e equipamentos para preparo, secagem e beneficiamento de café. O objetivo é ampliar a produtividade agrícola e reduzir custos para o produtor rural.

**Beneficiários:** Produtores rurais e suas cooperativas.

#### Itens financiáveis:

- 1) Tratores agrícolas e implementos associados;
- 2) Colheitadeiras e equipamentos para preparo, secagem e beneficiamento de café;
- 3) Tratores e colheitadeiras usados, com idade máxima de oito e 10 anos, respectivamente, revisados e com certificado de garantia emitido por concessionárias autorizadas;
- 4) Pulverizadores autopropelidos, montados ou de arrasto, com tanques acima de 2 mil litros e barras de 18 metros ou mais;

### Principais mudanças no Proger Rural

Especificação	2007/2008	2008/2009
1. Volume de recursos (R\$ bilhões)	2,2	2,2
2. Renda Bruta Anual (R\$ mil)	220	250
3. Limite de financiamento (R\$ mil)	100	150
4. Taxa de juros anual (%)	6,25	6,25
5. Módulos fiscais de terra (ud)	Até 15	Até 15
6. Rebate sobre a RBA (%)	50 <sup>(1)</sup>	50 <sup>(1)</sup> e 90 <sup>(2)</sup>

Tabela 3

(1) Atividades: avicultura não-integrada, pecuária leiteira, piscicultura, olericultura, sericicultura e suinocultura não-integrada

(2) Atividades: avicultura e suinocultura integrada ou em parceria com a agroindústria

5) Plantadeiras acima de nove linhas e semeadoras acima de 15 linhas, com idade máxima de cinco anos, revisados e com certificado de garantia emitido por concessionárias autorizadas.

**Observação:** O financiamento para a aquisição de equipamentos de preparo, secagem e beneficiamento de café só pode ser concedido a produtores rurais com renda bruta anual inferior a R\$ 60 mil. O financiamento não pode exceder o montante de R\$ 20 mil por produtor.

**Limites de crédito:** Até 100% do valor do bem, para produtores que se enquadram como beneficiários do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural. Demais produtores, até 90% do valor do bem.

**Encargos financeiros:** Taxa de juros efetiva de 7,5% ao ano, para produtores que se enquadram como beneficiários do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural. Demais produtores, taxa de juros efetiva de 9,5% ao ano.

#### **Prazo de pagamento:**

- Itens novos – tratores, implementos e equipamentos para preparo, secagem e beneficiamento de café: até seis anos;
- Itens novos – colheitadeiras: até oito anos;
- Itens novos – colheitadeiras e plataformas de corte, quando faturadas em conjunto: até oito anos;
- Itens usados – tratores e colheitadeiras, com ou sem plataforma de corte: até quatro anos.

#### **Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra)**

Resultado da fusão, em 2003, dos programas originalmente lançados como Programa de Apoio à Agricultura Irrigada (Proirriga) e Programa de Incentivo à Construção e Modernização de Unidades Armazenadoras em Propriedades Rurais (Proazem).

**Finalidade do crédito:** Apoiar o desenvolvimento da agropecuária irrigada sustentável, econômica e ambientalmente, além de ampliar a capacidade de armazenamento nas propriedades rurais.

**Beneficiários:** Produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas) e suas cooperativas.

**Itens financiáveis:** Investimentos fixos ou semifixos relacionados com todos os itens inerentes aos sistemas de irrigação e de armazenamento, contemplando implantação, ampliação, reforma ou recuperação, adequação ou modernização desses itens, de forma coletiva ou individual.

**Localização do empreendimento:** Quando se tratar de crédito individual, deve estar localizado na propriedade rural do beneficiário, admitindo-se ainda o estabelecimento da unidade armazenadora em imóvel distinto daquele onde se realiza a produção, desde que situado no meio rural e que beneficie a logística de transporte e armazenagem do produtor rural beneficiário do financiamento. Quando se tratar de crédito coletivo, a unidade armazenadora deve estar edificada na zona rural, o mais próximo possível da área de produção dos beneficiários de crédito.

#### **Limites de crédito:**

- Até R\$ 1 milhão por beneficiário, para empreendimento individual;
- Até R\$ 3 milhões para empreendimentos coletivos, respeitado o limite individual por participante.

**Observação:** O limite não depende de outros empréstimos concedidos com recursos controlados do crédito rural.

**Encargos financeiros:** Taxa de juros efetiva de 6,75% ao ano.

**Prazo de pagamento:** Até oito anos, incluindo carência de até três anos.

**Amortização:** Semestrais ou anuais, de acordo com o fluxo de receita da propriedade beneficiada.

## **Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (Moderagro)**

O Moderagro é resultado da fusão, em 2003, de três programas: Programa Nacional de Recuperação de Pastagens Degradadas (Propasto), Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos (Prossolo) e Programa de Sistematização de Várzeas (Sisvarzea). Em 2007, o programa agregou ainda os Programas de Desenvolvimento da Fruticultura (Prodefruta) e de Desenvolvimento do Agronegócio (Prodeagro). O Propasto, Prossolo e Sisvarzea migraram para o Produsa, criado em 2008.

### **Objetivos do crédito:**

- Incentivar a correção e adubação dos solos, recuperação de pastagens degradadas, uso das várzeas já incorporadas ao processo produtivo e projetos de adequação ambiental de propriedades rurais, com o objetivo de aumentar a produtividade de áreas em produção, em um contexto de sustentabilidade;
- Apoiar o desenvolvimento da produção de espécies de frutas, com potencial mercadológico interno e externo, especialmente no âmbito do Programa de Produção Integrada de Frutas (PIF Brasil), assim como o beneficiamento, industrialização, padronização e demais investimentos necessários à melhoria do padrão de qualidade e das condições de comercialização de produtos frutícolas;
- Fomentar os setores da apicultura, aquicultura, pesca, avicultura, floricultura, horticultura, caprinovinocultura, ranicultura, sericicultura, suinocultura, pecuária leiteira e defesa animal, particularmente o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT) e a implementação do sistema de rastreabilidade bovina e bubalina (Sisbov).

**Beneficiários:** Produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas) e suas cooperativas, inclusive para repasse aos seus cooperados.

**Itens financiáveis:** Investimentos fixos ou semifixos relacionados com:

### **Modalidade I:**

- Implantação, melhoramento ou reconversão de espécies de frutas, admitindo-se o financiamento de custeio associado ao projeto de investimento, limitado a 35% (trinta e cinco por cento) do valor do investimento, relacionado com gastos de manutenção até a obtenção da primeira colheita;
- Atividades de substituição de copas de cajueiros, de novos plantios (em sequeiro e irrigado) e de produção de mudas, desde que sejam utilizadas variedades de cajueiro anão-precoce, e de implantação de unidades de processamento de castanha e de pedúnculo;
- Projeto técnico específico da lavoura de cacau, elaborado pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) como necessários à recuperação de áreas degradadas e à enxertia, recomposição do estande e melhoria em infra-estrutura, assim entendidas como construção e recuperação de barcaças, secadores, casa de fermentação, resfriadores, armazéns e depósitos;
- Instalação de unidade agroindustrial para beneficiamento e transformação de frutas em chocolates, sucos, vinhos, geléias, licores, vinagres, doces e outros;
- Instalação, ampliação e modernização de unidades armazenadoras e de sistemas de preparo, limpeza, padronização e acondicionamento de frutas e seus derivados;
- Implantação de equipamentos e instalações para proteção de pomares contra a incidência de granizo.

### **Modalidade II:**

- Construção e modernização de benfeitorias, equipamentos, tratamento de dejetos e outras ações necessárias ao suprimento de água e alimentação para as atividades de caprinovinocultura, suinocultura, avicultura e sericicultura;

- Construção e modernização de benfeitorias, equipamentos, inclusive de geração de energia alternativa, tratamento de dejetos e outras ações para abastecimento de água e alimentação para caprinovinocultura, suinocultura, avicultura e sericicultura;

- Benfeitorias e equipamentos necessários ao manejo da apicultura fixa e migratória (itinerante) e aquisição de equipamentos necessários à implantação de sistema de rastreabilidade para produtos apícolas, à implantação ou reforma de unidades de extração de mel (casas de mel), à produção e à extração de mel, tais como colméias, enxames, equipamentos de proteção e para extração, beneficiamento e envasamento de mel e de outros produtos apícolas;

- Aquisição de máquinas, motores, reversores, guinchos, sistema de refrigeração e armazenagem de pescados, equipamentos e instalações de estruturas de apoio, inclusive às embarcações, material de pesca em geral, aquisição de redes, cabos e material para a confecção de poitas, equipamentos de navegação, comunicação e ecosondas, construção de viveiros, açudes, tanques e canais, serviços de topografia e terraplanagem destinados à produção de peixes, camarões e moluscos em regime de aquicultura e à aquisição de alevinos e ração no primeiro ciclo de produção, entendido como custeio associado ao investimento, e instalação, ampliação e modernização de benfeitorias, bem como sistema de preparo, de limpeza, de padronização e de acondicionamento de peixes, camarões e moluscos produzidos em regime de aquicultura;

- Desenvolvimento da ranicultura;

- Construção de instalações para silagem, distribuidor de adubo, de calcário e de esterco líquido, ensiladeira, material de inseminação artificial, misturador de ração, ordenhadeira mecânica, picadeira, equipamentos de geração de energia alternativa à eletricidade convencional, tanque de resfriamento, triturador e vagões forrageiros;

- Reposição de matrizes bovinas ou bubalinas para os produtores rurais que: tenham aderido à certificação de propriedades livres ou monitoradas em relação à brucelose ou à tuberculose, ou que suas propriedades estejam participando de inquérito epidemiológico oficial em relação às doenças citadas; tenham tido animais sacrificados em virtude de reação positiva a testes detectores de brucelose ou tuberculose; atendam a todos os requisitos referentes à Instrução Normativa nº 6, de 8/1/2004, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que aprova o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal, e outros normativos correlatos;

- Projeto de adequação sanitária e/ou ambiental relacionado com as atividades constantes do objetivo desse programa;

- Construção e modernização de benfeitorias, equipamentos, unidades de tratamento de dejetos e outras ações necessárias ao suprimento de água e de alimentação para a pecuária leiteira;

- Investimentos necessários à implementação do sistema de rastreabilidade de bovinos e bubalinos (Sisbov);

- Implantação de equipamentos e instalações de estrutura de apoio para plantio em ambiente protegido (casas de vegetação ou estufas).

### **Limites de crédito:**

■ Até R\$ 250 mil por beneficiário, para empreendimento individual, para cada uma das modalidades de financiamento;

■ Até R\$ 750 mil para empreendimento coletivo, por modalidade.

Quando se tratar de financiamento no âmbito do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT), o limite de crédito para a reposição de matrizes bovinas ou bubalinas

linas é de até R\$ 100 mil por beneficiário, e de até R\$ 2 mil por animal.

**Encargos financeiros:** Taxa de juros efetiva de 6,75% ao ano.

**Prazo de pagamento:** Até oito anos, incluídos até 3 três anos de carência.

### **Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (Propflora)**

O Propflora tem como objetivo contribuir para a redução do déficit existente no plantio de árvores utilizadas como matérias-primas pelas indústrias, principalmente a indústria moveleira; incrementar a diversificação das atividades produtivas no meio rural; gerar emprego e renda de forma descentralizada e alavancar o desenvolvimento tecnológico e comercial do setor.

**Finalidade do crédito:** Implantação e manutenção de florestas destinadas ao uso industrial; recomposição e manutenção de áreas de preservação e reserva florestal legal; implantação e manutenção de espécies florestais para produção de madeira destinada à queima no processo de secagem de produtos agrícolas; implantação de projetos silvipastoris (pecuária consorciada com floresta) e agroflorestais (agricultura consorciada com floresta); implantação e manutenção de florestas de dendezeiro, destinadas à produção de biocombustível.

**Beneficiários:** Produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas) e suas associações ou cooperativas.

#### **Itens financiáveis:**

- Investimentos fixos ou semifixos, inclusive os relacionados ao sistema de exploração denominado “manejo florestal”;

- Custeio associado ao projeto de investimento, limitado a 35% do valor do financiamento, relacionado com gastos de manutenção no segundo, terceiro e quarto anos;

- Despesas relativas ao uso de mão-de-obra própria em projetos estruturados e assistidos tecnicamente;

- Implantação de viveiros de mudas florestais.

**Limites de crédito:** Até R\$ 200 mil por beneficiário. O limite não depende de outros créditos concedidos ao amparo de recursos controlados do crédito rural.

**Encargos financeiros:** Taxa de juros efetiva de 6,75% ao ano.

**Prazo de pagamento:** Até 12 anos, com carência até a data do primeiro corte, acrescida de seis meses e limitada a oito anos. A carência pode ser estendida ao pagamento de juros, quando necessário. No caso de projetos de manejo florestal e de recomposição e manutenção de áreas de preservação e reserva florestal legal, a carência é de um ano, a partir da data de contratação. Prazo de pagamento até quatro anos, com até 18 meses de carência, nos créditos para implantação de viveiros de mudas florestais.

### **Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop)**

**Finalidade do crédito:** Aumentar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras por meio da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização.

**Beneficiários:** Cooperativas de produção agropecuária e seus cooperados, para integralização de cotas-partes vinculadas ao projeto a ser financiado.

Setores e ações contemplados pelo programa:

- Industrialização de derivados de oleaginosas;

- Realocação de plantas de processamento de oleaginosas;

- Industrialização de carnes e pescados;



- Instalação e modernização de unidades industriais de beneficiamento, padronização e processamento de frutas, legumes, hortaliças e dos setores de sucos e vinhos;

- Implantação de indústrias para processamento de ovos, de incubatórios e de matrizes integrados à indústria, destinados à produção de ovos férteis voltados à produção de carne de aves;

- Instalação de novas plantas industriais ou modernização industrial e logística para o setor lácteo;

- Implantação de indústrias de moagem de cereais, via seca e via úmida;

- Industrialização de couro semi-acabado e acabado;

- Implantação de fábrica de rações, bem como a sua expansão, modernização e adequação;

- Industrialização de mandioca e seus derivados;

- Implantação de unidades industriais de cacau, chá e mate;

- Implantação ou ampliação de maltearias;

- Instalação e modernização de unidades industriais para produção de cafés torrado, solúvel e de bebida superior, contemplando equipamentos de benefício e re-benefício, desde que se trate de projeto voltado para exportação;

- Implantação, modernização e realocação de plantas de beneficiamento de algodão, unidades de fiação, tecelagem e estamparia de algodão;

- Instalação, ampliação e modernização de unidades armazenadoras;

- Instalação de unidades e de sistemas de beneficiamento, padronização, acondicio-

namento e logística para exportação de produtos agropecuários;

- Implantação de sistemas para geração e co-geração de energia e linhas de ligação, para consumo próprio como parte integrante de um projeto de agroindústria;

- Implantação, conservação e expansão de sistemas de tratamento de efluentes e de projetos de adequação ambiental, inclusive reflorestamento e aquisição de equipamentos para essa finalidade, em todos os tipos de unidades agroindustriais;

- Implantação de indústrias de fertilizantes por cooperativas agropecuárias;

- Instalação, ampliação e modernização de unidades armazenadoras e de sistemas de beneficiamento, padronização, acondicionamento e logística para comercialização, interna e externa, de produtos oriundos da floricultura;

- Instalação, ampliação e modernização de Unidades de Beneficiamento de Sementes (UBS), contemplando a instalação, ampliação e modernização de laboratórios e unidades armazenadoras;

- Frigoríficos de suínos e respectivas Unidades de Produção de Leitões (UPL), quando vinculados à própria indústria ou cuja cooperativa esteja vinculada a uma cooperativa central com capacidade para industrializar os suínos oriundos dessas UPL;

- Instalação, ampliação e modernização de unidades de produção aquícola, contemplando construção de tanques, laboratórios, equipamentos de aeração e demais itens de infra-estrutura;

- Instalação, ampliação, modernização de unidades de beneficiamento, padronização e processamento de cachaça;

- Projetos de adequação sanitária, inclusive a aquisição de máquinas e equipamentos para essa finalidade, em todos os tipos de unidades agroindustriais;

- Instalação, ampliação e modernização de unidades industriais para a produção de álcool, açúcar e biodiesel;

- Beneficiamento e processamento de materiais originários de florestas plantadas.

### **Itens financiáveis:**

- 1) Estudos, projetos e tecnologia;
- 2) Obras civis, instalações e outros;
- 3) Máquinas e equipamentos nacionais;
- 4) Despesas pré-operacionais;
- 5) Despesas de importação;
- 6) Capital de giro associado ao projeto de investimento;
- 7) Treinamento;
- 8) Integralização de cotas-partes vinculadas ao projeto a ser financiado;
- 9) Aquisição de máquinas e equipamentos, também de forma isolada, quando destinados à modernização no âmbito dos setores e ações enquadráveis no programa.

**Limites de crédito:** Até R\$ 35 milhões por cooperativa, para empreendimentos em uma única unidade da Federação, em uma ou mais operações, observado que o teto de financiamento é de até 90% do valor do projeto, independentemente do nível de faturamento bruto anual verificado no último exercício fiscal da cooperativa.

**Observação:** O limite de crédito pode ser incrementado em até 100%, quando os recursos adicionais forem destinados a empreendimentos da própria cooperativa em outra unidade da Federação, ou a empreendimentos realizados no âmbito de cooperativa central.

**Encargos financeiros:** Taxa de juros efetiva de 6,75% ao ano

**Prazo de pagamento:** Até 12 anos, incluindo até três anos de carência. A carência pode ser estendida ao pagamento de juros, caso seja necessário.







# 3

**Apoio à Comercialização,  
Abastecimento e  
Estocagem**



# 3 Apoio à Comercialização, Abastecimento e Estocagem

## Suporte de preços, abastecimento à estocagem.

Para operacionalizar as políticas de apoio à comercialização, a proposta de Orçamento da Política Agrícola para 2009 é de R\$ 3,8 bilhões (R\$ 2,3 bilhões para aquisição e R\$ 1,5 bilhão para equalização de preços). Durante o ano de 2008, o Governo promoverá leilões de contratos de opções de vendas, antes do plantio, para garantir aos produtores a comercialização de suas safras em 2009, a preços compatíveis com os custos.

A recomposição de estoques públicos é uma das orientações do PAP 2008/2009, para que, no pico da safra (momento de colheita), quando os preços de mercado tendem a cair, o Governo possa comprar produtos que poderão ser utilizados para regular o mercado no período de entressafra, seja no abastecimento ou no controle de preço. A proposta é que os estoques públicos passem de 1,5 milhão de toneladas em 2008 para 6 milhões de toneladas em 2009, montante superior inclusive aos estoques de 2006, que eram da ordem de 4 milhões de toneladas.

## 3.1. Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)

A Política de Garantia de Preços Mínimos, lançada em 1966, ainda exerce papel relevante na política agrícola brasileira e, conseqüentemente, nas decisões do produtor sobre o plantio, contribuindo para a redução das oscilações de preços, característica do mercado agrícola.

Por meio de instrumentos como a Aquisição do Governo Federal (AGF), o Empréstimo do Governo Federal (EGF) e outros mais modernos, o Governo atua comprando o excedente e/ou financiando a estocagem, sempre que o preço de mercado se situa abaixo do preço mínimo.

O Preço Mínimo de Garantia é definido pelo Governo para os produtos das safras regionais e de verão e sinalizam o momento adequado para o apoio governamental na comercialização, que pode ocorrer por meio de operações de compra, de equalização de preços ou de financiamento. A atuação governamental é feita quando o preço de mercado está abaixo do mínimo nas regiões produtoras.

Estoque Público de Alimentos*								
(Em toneladas)								
Produto	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Proposta para 2009
Arroz	1.314	57	3	73	1.119	1.130	1.372	1.500
Farináceos	67	-	-	-	1	1	-	-
Feijão	-	-	1	4	4	81	5	100
Milho	820	93	1.195	1.581	2.293	2.432	211	4.000
Trigo	-	-	151	961	619	6	6	-
Total	2.201	150	1.350	2.619	4.036	3.650	1.594	5.600

Tabela 4

\* Mês de referência: Junho

Os preços mínimos de garantia vigentes para as safras de verão e produtos regionais 2008/2009 e do Norte e Nordeste 2009 foram reajustados para recompor a alta do custo de produção agropecuária e se adequar ao novo nível de cotação

das commodities. Os maiores reajustes foram dados aos produtos essenciais da cesta básica como o arroz (entre 9,25% e 43,91%), o feijão (65,22%), o milho (entre 17,86% e 20,00%) e o trigo (20,00%).

## Preços Mínimos - Produtos Safras Regionais e de Verão de 2008/2009 e das Regiões Norte e Nordeste 2009

### 1 - Produtos amparados por AGF e EGF

Produto	Unidades da Federação/Regiões Amparadas	Tipo / Classe Básico	Unidade	Início de Vigência	Preço Mínimo (R\$/unidade)
Algodão em pluma	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA/Sul	Tipo SLM 41.4	15 kg	Jan/2009	44,60
	Norte e Nordeste (exceto BA/Sul)			Jul/2009	
Arroz longo fino em casca	Sul (exceto PR)	Tipo 1-58/10	50 kg	Jan/2009	25,80
	Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste (exceto MT) e PR		60 kg		30,96
	Norte e MT				25,50
Arroz longo em casca	Sul (exceto PR)	Tipo 2-55/13	50 kg	Jan 2009	15,74
	Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste (exceto MT) e PR		60 kg		18,88
	Norte e MT			Set/2008	16,12
Farinha de mandioca	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	Fina T3	50 kg	Jan/2009	23,68
	Norte e Nordeste				26,83
Fécula de mandioca	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	Tipo 2	kg	Jan/2009	0,69
Goma/Polvilho	Norte e Nordeste	Classificada	kg	Jan//2009	0,74
Feijão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA/Sul	Tipo 2	60 kg	Nov/2008	80,00
	Norte e Nordeste (exceto BA/Sul)			Jan/2009	
Juta/Malva embonecada	Norte e MA	Tipo 2	kg	Jan/2009	1,02
Juta/Malva prensada					1,21
Milho	Sul, Sudeste, Centro-Oeste (exceto MT)	Único	60 kg	Jan/2009	16,50
	MT e RO				13,20
	Norte (exceto RO) e Nordeste (1)			Jul/2009	19,00
Sorgo	Sul, Sudeste e Centro (exceto MT)	Único	60 kg	Jan/2009	13,20
	MT e RO				10,56
	Norte (exceto RO) e Nordeste <sup>(1)</sup>			Jul/2009	17,10

## 2 - Produtos amparados por EGF

Produto	Unidades da Federação/Regiões Amparadas	Unidade	Início de Vigência	Preço Mínimo (R\$/unidade)
Algodão em caroço	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA/Sul	15 kg	Jan/2009	14,40
	Norte e Nordeste (exceto BA/Sul)		Jul/2009	
Amen-doim	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	25 kg	Jan/2009	18,07
Borracha natural	Todo o território nacional	kg	Jan/2009	1,53
Caroço de algodão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA/Sul	15 kg	Jan/2009	2,37
	Norte e Nordeste (exceto BA/Sul)		Jul/2009	
Castanha-do-Brasil com casca	Norte	hl	Jan/2009	52,49
Castanha-do-Brasil beneficiada (amêndoa)		kg	Jan/2010	2,49
Feijão macáçar	Norte e Nordeste	60 kg	Jan/2009	53,00
Leite	Sul e Sudeste e Nordeste	l	Jul/2008	0,47
	Centro-Oeste (exceto MT)			0,45
	Norte e MT			0,41
Milho pipoca	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA/Sul	kg	Jan/2009	0,50
Raiz de mandioca	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	t	Jan/2009	98,85
	Norte e Nordeste			106,12
Soja	Todo o território nacional (exceto MT, RO, AM, PA e AC)	60 kg	Jan/2009	22,80
	MT, RO, AM, PA e AC			18,30

**Tabela 5**

(1) BA/Sul, Sul do MA, Sul do PI e TO: vigência em jan/2009

## Preços Mínimos para Sementes - Safras de Verão e de Produtos Regionais 2008/2009 e das Regiões Norte e Nordeste 2009

Produtos	Unidades da Federação /Regiões Amparadas	Grão/Caroço R\$/Kg	Sementes <sup>(1)</sup> R\$/Kg	Início de Vigência
Algodão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA/Sul	0,1580	0,6892	Jan/2009
	Norte e Nordeste (exceto BA/Sul)			Jun/2009
Amendoim	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	0,7228	2,4064	Jan/2009
Arroz longo fino	Todo o território nacional	0,5160	0,9762	Jan/2009
Arroz longo		0,3267	0,6180	
Feijão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA/Sul	1,3333	2,5451	Nov/2008
	Norte e Nordeste (exceto BA/Sul)			Jan/2009
Feijão maciço	Norte e Nordeste	0,8833	1,4806	Jan/2009
Juta/Malva	Norte e MA	-	4,7377	Jan/2009
Milho híbrido	Sul, Sudeste e Centro-Oeste (exceto MT)	0,2750	1,6337	Jan/2009
	MT e RO	0,2200	1,3070	
	Norte (exceto RO) e Nordeste <sup>(2)</sup>	0,3167	1,8813	Jun/2009
Milho variedade	Sul, Sudeste e Centro-Oeste (exceto MT)	0,2750	0,9080	Jan/2009
	MT e RO	0,2200	0,7264	
	Norte (exceto RO) e Nordeste <sup>(2)</sup>	0,3167	1,0455	Jun/2009
Soja	Todo o território nacional	0,3800	0,8742	Jan/2009
Sorgo híbrido	Sul, Sudeste e Centro-Oeste (exceto MT)	0,2200	1,3070	Jan/2009
	MT e RO	0,1760	1,0456	
	Norte (exceto RO) e Nordeste <sup>(2)</sup>	0,2850	1,6931	Jun/2009
Sorgo variedade	Sul, Sudeste e Centro-Oeste (exceto MT)	0,2200	1,3070	Jan/2009
	MT e RO	0,1760	1,0456	
	Norte (exceto RO) e Nordeste <sup>(2)</sup>	0,2850	1,6931	Jun/2009

**Tabela 6**

(1) Genética, básica e certificada, S1 e S2, de acordo com o artigo 35 do Decreto 5.153, de 23 de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003  
(2) BA/Sul, Sul do MA e Sul do PI e TO: início de vigência em Jan/2009

## Preços Mínimos - Cafés arábica e robusta da Safra 2007/2008

Produto amparado por EGF					
Produto	Unidades da Federação/ Regiões Amparadas	Tipo /Classe Básico <sup>(1)</sup>	Unidade	Início de Vigência	Preço Mínimo Básico (1) R\$
Café arábica	Todo o território nacional	Tipo 6, bebida dura para melhor, com até 86 defeitos, peneira 14 acima e teor de umidade de até 12,5%	60 kg	julho/2008	211,75
Café robusta	Todo o território nacional	Tipo 7, com até 150 defeitos, peneira 13 acima e teor de umidade de até 12,5%	60 kg	julho/2008	124,40

**Tabela 7**

(1) Os ângios e desângios sobre o produto básico, conforme classificação do produto vinculado ao EGF, serão definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio da Secretaria de Produção e Agroenergia

Preços Mínimos - Safra de Inverno 2008					
Produto Amparado por AGF e EGF <sup>(1)</sup>					
Produto	Regiões / Estados amparados	Tipo	PH Mínimo	Preços Mínimos - R\$/60kg	
				Brando	Pão/Melhorador/Durum
Trigo	Sul	1	78	25,07	28,80
		2	75	23,82(2)	27,33
		3	70	21,33	25,07
	Centro-Oeste, Sudeste e BA	1	78	28,19	32,40
		2	75	26,79 (2)	30,73
		3	70	23,99	28,19

Produtos Amparados por EGF - Grãos - Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul			
Produtos	Tipo	Início de Vigência	Preços Mínimos - R\$/60kg
Cevada	Único	Julho/2008	20,25
Triticale			15,49

Produtos Amparados por EGF - Sementes - Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul			
Produtos	Tipo	Início de Vigência	Preços Mínimos - R\$/60kg
Trigo	Único	Junho/2008	1,1028
Cevada		Julho/2008	0,5168
Triticale		Julho/2008	0,4778

Preços Mínimos - Região Sul - Safra de Inverno 2008			
Produto Amparado por EGF			
Produto	Tipo	Início de Vigência	Preços Mínimos - R\$/60kg
Aveia	1	Julho/2008	14,55
	2		13,09
	3		11,77

**Tabela 8**

(1) Início de vigência para operações: julho/2008 para as Regiões Sul e Sudeste e junho/2008 para a Região Centro-Oeste e o Estado da BA

(2) Preço Mínimo Básico

Preços Mínimos - Produtos Regionais-Safra 2008/2009					
Produtos amparados por AGF e EGF					
Produto	Unidades da Federação/Regiões Amparadas	Tipo /Classe Básico	Unidade	Operação	Preço Mínimo <sup>(1)</sup> (R\$/unidade)
Alho	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	T5-Extra	kg	EGF	2,20
Castanha de caju	Norte e Nordeste	Único	kg	EGF	1,20
Canola	Centro-Oeste, Sudeste e Sul	Único	60 kg	EGF	22,07
Casulo de seda	PR e SP	15% seda	kg	EGF	4,97
Cera de carnaúba	Nordeste	Tipo 4	kg	AGF/EGF	4,00
Pó cerífero	Nordeste	Tipo A	kg	EGF	4,00
Girassol	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	-	60 kg	EGF	18,68
Guaraná	Norte, Nordeste e Centro-Oeste	Tipo 1	kg	EGF	7,52
Mamona em baga	Norte, Nordeste, GO, MT, MG e SP	Único	60 kg	AGF/EGF	38,59
Sisal Bruto	BA, PB e RN	SLG	kg	AGF/EGF	0,99

**Tabela 9**

(1) Início de vigência em julho de 2008



### 3.1.2. Instrumentos de Política Agrícola

A partir dos anos 90, o Governo promoveu profunda reforma na política agrícola, aprimorando seus instrumentos de intervenção. Mas os instrumentos de Aquisição do Governo Federal (AGF) e de Empréstimo do Governo Federal (EGF), lançados em 1966, permanecem em operação.

A nova política agrícola brasileira foi concebida com base nos objetivos de abertura econômica e comercial, liberalização e fortalecimento do mercado, transparência, aprimoramento institucional e maior interação entre as esferas pública e privada. Ela contribui, portanto, para o empreendedorismo e melhoria do perfil do produtor rural. A evolução dessa política pode ser acompanhada pela implementação dos instrumentos descritos a seguir.

#### **Aquisição do Governo Federal (AGF)**

Importante canal para a formação de estoques públicos, esse mecanismo nasceu com a política de garantia de preços mínimos. É mediante a compra diretamente do produtor ou cooperativa que o Governo garante o preço mínimo dos produtos agrícolas. Os produtos são incorporados ao estoque governamental e devem estar armazenados em locais cadastrados pela Conab.

#### **Empréstimo do Governo Federal (EGF)**

Outro instrumento que nasceu com a PGPM, o EGF é uma linha de crédito de financiamento, com base no preço mínimo, concedida a produtores, cooperativas e agroindústrias. O crédito é para estocagem do produto pelo beneficiário, por até 180 dias, com garantia da redução da oferta do produto no período da colheita. O limite de operação por mutuário varia conforme o produto, sendo o máximo de R\$ 10 milhões, exceto para uva e derivados, caso em que o limite é de R\$ 20 milhões. A taxa de juros básica é de 6,75% ao ano.

### **Contrato de Opção de Venda**

Sinalizador da expectativa governamental de preços futuros para os preços praticados no mercado, o Contrato de Opção de Venda foi criado em 1996. É um título negociado pelo Governo que permite ao produtor ou cooperativas vender a sua produção para os estoques públicos, em data futura por um preço previamente fixado (preço de exercício). O título assegura ao seu detentor o direito de entregar ao Governo a quantidade de produto vinculada à operação no seu vencimento, desde que respeitadas as especificações definidas no contrato.

#### **Recompra ou Repasse de Contrato de Opção de Venda**

O Contrato de Opção de Venda obriga o Governo a adquirir a produção correspondente às opções futuras do produtor quando o preço do mercado está abaixo do preço fixado (preço de exercício). O leilão de recompra é feito para desonerar o Governo dessa obrigatoriedade (quando não é conveniente receber o produto), sem causar prejuízo aos produtores e cooperativas.

A Recompra ou Repasse de Contrato de Opção de Venda é uma reversão dos contratos de opção, que é feita mediante a oferta de subvenção financeira (subsídio) equivalente à diferença entre o preço de exercício e o preço de mercado. No leilão de repasse, o Governo (lançador original do contrato de opção) é substituído por um agente privado que recebe a subvenção. As obrigações do Governo com os produtores e cooperativas detentoras dos contratos de opções são assumidas pelo arrematante do leilão.

A Medida Provisória 432, que reestrutura a dívida rural, permite que o Governo subvencione parte do prêmio de opções, operação semelhante à do Seguro Rural.

## **Prêmio e Valor de Escoamento de Produto (Pep e Vep)**

Os dois instrumentos foram criados, respectivamente, em 1992 e 1999, e permitem ao Governo garantir ao produtor ou à cooperativa o preço mínimo, sem a necessidade de adquirir o produto.

Por meio de leilão, ocorre o pagamento da diferença entre o preço mínimo e o preço de mercado. Pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados. O Pep e o Vep têm a mesma finalidade, mas o produto escoado por meio do Vep é originário de estoque público.

## **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepto)**

Criado em 1999, o Pepto permite ao Governo, assim como o Pep, garantir um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um preço de referência. A principal diferença entre os dois mecanismos é o pagamento do prêmio que, no caso do Pepto, é feito diretamente ao produtor que participa do leilão. A operação também desonera o Governo, que não precisa adquirir o produto leiloado, e viabiliza o escoamento da produção para complementar o abastecimento nas regiões consumidoras. É pago ao produtor ou cooperativa a diferença entre o preço de mercado e o preço de referência.

## **Linha Especial de Crédito à Comercialização (Lec)**

É um instrumento similar ao EGF, com os mesmos encargos financeiros, prazo e limites máximos. A principal diferença entre a Lec e o EGF é a possibilidade do preço base para a operação ser diferente do preço mínimo. A Lec, criada em 2003, possibilita o financiamento para carregamento de estoques, mesmo se o preço mínimo estiver defasado, sem implicar necessariamente em sua alteração.

Para que seja utilizada, a Lec deve ser proposta pelo Ministério da Agricultura, Pecuária

e Abastecimento, com o aval do Ministério da Fazenda, mediante portaria publicada no Diário Oficial da União. A linha de crédito é operacionalizada com recursos controlados do crédito rural. O limite de operação é de R\$ 10 milhões por tomador.

## **Contrato Privado de Opção de Venda e Prêmio de Risco de Opção Privada (Prop)**

Mecanismo similar ao Contrato de Opção de Venda ao Governo, foi criado em 2004 com o objetivo de sustentar as cotações de determinado produto e de sinalizar ao mercado a trajetória futura de preços. A principal diferença entre os dois mecanismos é que no Contrato Privado de Opção de Venda, quem lança as opções é o setor privado. A operação se dá mediante o arremate de um prêmio de risco, ofertado pelo Governo, ou seja, o setor privado assume o risco de pagar pelo produto um preço superior ao vigente no mercado.

Para limitar o risco da empresa lançadora dos contratos, o Governo oferta, por meio de leilão, um Prêmio de Risco de Opção Privada (Prop). Os agentes privados lançadores dos contratos, em contrapartida, se comprometem a ofertar aos produtores os Contratos de Opção de Venda.

As cooperativas têm a vantagem de atuar nas duas pontas: como lançadora de Contratos de Opção Privada para produtores ou como compradora de contratos de opção lançados por empresas privadas.

### **3.1.3. Instrumentos de Financiamento Privado**

A partir de 2003, o Governo começou a estudar mecanismos para atrair o capital privado para o financiamento da atividade agrícola e para o apoio à comercialização. No final de 2004, essa orientação foi materializada com a criação de novos instrumentos de política agrícola e de novos títulos de crédito especialmente desenvolvidos para financiar o agronegócio. A idéia é estimular o investidor urbano, seja ele um pequeno poupador ou um grande fundo de pensão, a financiar a atividade rural, complementando assim o

crédito rural regulamentado pelo Governo. Outro passo importante foi dado em 2005, quando a Nota Comercial do Agronegócio (NCA), conhecida como Agrinote, foi regulamentada.

Conheça os instrumentos de financiamento privados:

### **Cédula do Produto Rural (CPR)**

Esse título permite ao produtor a comercialização antecipada da sua safra, com a obtenção de recursos para custear a implantação das lavouras junto a bancos ou a outro agente financiador. A CPR pode ser emitida por produtores ou cooperativas, e representa uma promessa de entrega do produto a ela vinculado. Há ainda a CPR Financeira, em que a liquidação é feita em dinheiro. Esse título é bastante utilizado como garantia em operações de financiamentos de insumos.

### **Nota Promissória Rural e Duplicata Rural (NPR e DR)**

Os descontos de NPR e DR permitem ao setor de processamento de matérias-primas agropecuárias obter recursos de crédito rural para pagar as compras junto aos produtores agropecuários. O limite dessas operações é de R\$ 10 milhões por tomador. São operações feitas com os agentes financeiros.

### **Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e Warrant Agropecuário (WA)**

O Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e o Warrant Agropecuário (WA) são títulos lastreados na produção depositada em armazéns. O CDA representa a promessa de entrega da mercadoria depositada e o WA dá direito à instituição financeira, responsável pela operação, de penhorar a mercadoria descrita no CDA. Os dois títulos são emitidos simultaneamente e se referem a um mesmo lote de mercadoria.

A operação é conduzida pelo produtor rural, que coloca a produção em armazém de sua confiança e solicita do armazenador a emissão do CDA e do WA. De posse dos títulos, o produtor providencia, junto a uma instituição

financeira, o registro e custódia em entidade autorizada pelo Banco Central.

A partir daí, a negociação dos títulos será necessariamente eletrônica. O WA permite ao seu detentor a penhora do produto para garantir uma operação de empréstimo bancário. O CDA, por sua vez, permite vender a mercadoria. Só há incidência fiscal quando é feita uma operação comercial envolvendo o produto que lastreou a emissão do CDA/WA (retirada do produto para processamento ou venda ao exterior).

A não incidência de ICMS a cada operação com os títulos permite a negociação por intermédio de agentes financeiros que não têm interesse no produto físico, como um fundo de pensão que deseja carregar o risco de mercado, apostando na alta de preços. O CDA/WA é, dessa forma, uma alternativa de investimento no mercado financeiro com lastro em produtos agrícolas. Ele amplia a demanda pela produção rural, atraindo investidores urbanos cujo interesse é assumir, por um tempo, o risco de preço da mercadoria.

### **Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)**

Para garantir operações de empréstimos bancários, os produtores emitem títulos financeiros que são resgatados no pagamento da dívida. Esses títulos, recebíveis para seus detentores, ficam em carteira até o vencimento. Para potencializar o emprego desses recursos, foi criada a LCA, de emissão exclusiva do sistema financeiro. Em vez de aguardar o vencimento dos recebíveis, o agente financeiro pode emitir uma LCA neles lastreada e comercializá-la no mercado. Assim, a LCA pode ser vendida a um investidor urbano, o que permite ao banco obter recursos para financiar novos empreendimentos agrícolas.

A operação se completa quando, nos respectivos vencimentos, o produtor resgata sua dívida com o banco, que, por sua vez, paga a LCA a seu detentor. Para garantir a segurança, é obrigatória a inclusão das emissões de LCA, e dos respectivos lastros, em sistema de registro e de liquidação financeira de

ativos (autorizado pelo Banco Central). É importante observar que o risco do investidor é apenas quanto ao banco emissor da LCA, pois, no caso de eventual inadimplência do produtor rural, o banco tem a obrigação de honrar o pagamento do título.

### **Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA)**

Operação semelhante à LCA, com recebimento no período de colheita. Pode ser realizada por empresa, cooperativa ou entidade não financeira (agroindústria ou empresa exportadora) fornecedora de insumos ou financiadora de custeio.

Ao financiarem seus insumos ou venderem parte da colheita futura, os produtores podem garantir a operação com a emissão de CPR ou qualquer outro título representativo de dívida a ser resgatada no futuro. As empresas financiadoras podem usar o estoque de recebíveis para lastrear o lançamento de CDCA, ofertando-as no mercado e obtendo novos recursos para ampliar valores de financiamento aos produtores. Uma cooperativa pode atuar como emissora de recebíveis e/ou como emissora de CDCA.

O CDCA e seus lastros têm, obrigatoriamente, de constar em sistemas de registro autorizados pelo Banco Central, bem como permanecer sob custódia de algum banco. No vencimento, o produtor paga sua dívida e resgata o recebível de sua emissão. A empresa financiadora paga ao investidor, no vencimento do CDCA, resgatando o título por ela emitido. O investidor se expõe apenas ao risco da empresa emissora do CDCA.

### **Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)**

As operações com CRA são exclusivamente conduzidas por Sociedades de Propósito Específico (SPE), constituídas para negócios de

securitização. Como a legislação veda às empresas de securitização assumirem riscos no mercado, as condições das operações financeiras devem ser previamente negociadas entre as partes. O comprador do CRA opera com o risco dos produtores rurais, e não da empresa securitizadora. Cabe à empresa de securitização, identificar investidores dispostos a correr esse tipo de risco. Uma vez realizada a negociação entre seus clientes (cooperativas tracionais ou empresas do agronegócio) e investidores, são acertados os detalhes da operação (tais como remuneração do investidor, prazo de vencimento dos títulos etc.). Então, a securitizadora compra os recebíveis da cooperativa, emite um CRA, com lastro dos recebíveis, e, imediatamente, transfere o CRA para os investidores. Dessa forma, o risco de inadimplência é integralmente assumido pelo investidor.

#### **3.1.4. Evolução das Operações com Títulos do Agronegócio**

A emissão de títulos privados do agronegócio continuou se expandindo no período compreendido pelo PAP 2007/2008. De junho de 2007 a maio de 2008, como mostra a Tabela 10, foram registrados títulos no valor estimado de R\$ 24.4 bilhões, sendo 48,1% desse valor aplicado em Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), 43,5% na dupla dos títulos Certificado de Depósito Agropecuário e Warrant Agropecuário (CDA-WA) e 8,5% em Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA). O crescimento foi significativo em relação à safra 2006/2007, principalmente em termos de valor (R\$ 17,7 bilhões), representando um aumento de aproximadamente 262%. Tendo em vista a dimensão dos valores envolvidos nesses títulos, o MAPA vem trabalhando para aperfeiçoar os normativos a eles relacionados, e contribuir ainda mais com o objetivo de dotar o setor com a liquidez necessária para ampliar seu crescimento.

<b>Títulos Registros</b>				
Título	Nº de Operações		Valor (R\$ milhões)	
	Safra 2006/07	Safra 2007/08	Safra 2006/07	Safra 2007/08
CDCA	1.599	782	1.550,0	2.071,3
LCA	350	2.263	746,0	11.752,2
CDA-WA	1.928	1.806	4.460,0	10.629,8
<b>Total</b>	<b>3.877</b>	<b>4.851</b>	<b>6.756,0</b>	<b>24.453,3</b>

**Tabela 10**

Fonte: CETIP, BM&F Período de referência: Junho/Maio Elaboração: SPA/Mapa





# 4

**Minimização de  
Riscos Climáticos no  
Setor Agropecuário**



## 4 Minimização de Riscos Climáticos no Setor Agropecuário

### 4.1. O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR)

A atividade rural está sujeita a riscos inevitáveis, como os decorrentes de fenômenos climáticos adversos, que geram prejuízos na produção e renda dos produtores. O seguro rural é o principal instrumento para minimizar os efeitos desses riscos.

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) tem a meta de generalizar o acesso ao seguro rural e assegurar sua utilização como instrumento de estabilidade da renda agropecuária, além de promover o uso de tecnologias adequadas e estimular a adoção de mecanismos modernos na gestão do empreendimento agropecuário.

O Governo considera esse instrumento fundamental para o desenvolvimento da atividade agropecuária brasileira e, por isso, criou o programa que visa apoiar os produtores na aquisição de apólices de seguro rural. Em 2003, a Lei nº 10.823 (19/12/03) autorizou o Poder Executivo a conceder subvenção econômica ao prêmio do seguro rural. Em 2004, a legislação foi regulamentada pelo decreto nº 5.121 (29/06/04), que instituiu o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).

O Programa subvenciona o valor do prêmio a ser pago pelos produtores rurais, em percentuais que variam de 30% a 60%, limitados a R\$ 32 mil. Ao reduzir o valor do

prêmio do seguro, a subvenção econômica viabiliza o acesso ao seguro rural e promove a ampliação sustentável das operações dessa modalidade de garantia no País.

As modalidades de seguro rural amparadas pelo PSR são:

**Seguro Agrícola:** cobre as explorações agrícolas contra perdas decorrentes principalmente de fenômenos climáticos adversos. Oferece cobertura à vida da planta, desde sua germinação até a colheita, contra a maioria dos riscos, tais como: incêndio e raio, tromba d'água, ventos fortes, granizo, geada, chuvas excessivas, seca e variação excessiva de temperatura.

**Seguro Pecuário:** garante o pagamento de indenização em caso de morte de animal destinado ao consumo, produção, cria, recria, engorda ou trabalho por tração. Os animais destinados à reprodução por monta natural, coleta de sêmen ou transferência de embriões, também estão enquadrados nessa modalidade.

**Seguro Aquícola:** garante indenização por morte ou outros riscos inerentes aos animais aquáticos (peixes, crustáceos, etc.) em consequência de acidentes e doenças.

**Seguro de Florestas:** garante indenização pelos prejuízos causados nas florestas seguradas, desde que tenham decorrido diretamente de um ou mais riscos cobertos.



As coberturas oferecidas nas apólices de seguro rural podem diferir de uma empresa seguradora para outra. Cabe ao produtor escolher o produto de seguro que melhor lhe convier.

As sociedades seguradoras autorizadas a operar no PSR em 2008 são:

- Companhia de Seguros Aliança do Brasil;
- Nobre Seguradora do Brasil S.A.;
- Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A.;
- Seguradora Brasileira Rural S.A.;
- Allianz Seguros S.A e Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

### Crescimento marca primeiros anos do Programa de Subvenção

As operações do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), iniciadas em meados de novembro de 2005, beneficiaram sete culturas na modalidade agrícola. O projeto piloto PSR abrangeu, em 2005, 849 apólices, o que proporcionou cobertura securitária para 68 mil hectares, garantindo recursos da ordem de R\$ 126 milhões, com a aplicação de R\$ 2,3 milhões em subvenção.

Em 2006, o programa sofreu diversas alterações que garantiram o crescimento de sua aplicação. Além da modalidade agrícola, já contemplada em 2005, foram incluídas como beneficiárias do PSR as modalidades de seguro rural pecuário, aquícola e de florestas. O programa passou ainda a dar cobertura para todas as culturas, tendo os percentuais de subvenção ampliados e o limite financeiro elevado para R\$ 32 mil. Com as modificações introduzidas, foram aplicados R\$ 31,1 milhões em subvenção, que abrangeu prêmios da ordem de R\$ 71,1 milhões e garantiu capital de R\$ 2,9 bilhões. No total, 1,6 milhão de hectares foram cobertos pelo PSR, beneficiando 16.653 produtores rurais com 21.779 apólices subvencionadas.

No ano de 2007, o programa recebeu novos ajustes com o estabelecimento de diferentes percentuais de subvenção e limites financeiros por produtor. Essas modificações continuam em vigor no período safra 2008/2009.

Em 2007, o Programa de Subvenção beneficiou 27.846 produtores rurais, pela contratação de 31.637 apólices de seguro.

Limites e percentuais de subvenção para o triênio 2007 a 2009

Modalidade de Seguro	Grupo de culturas	Porcentagem de Subvenção	Limite em R\$
Agrícola	<i>milho segunda safra e trigo</i>	60	32.000
	<i>Aveia, canola, cevada, centeio, sorgo e triticale</i>	50	
	<i>Feijão</i>	60	32.000
	<i>Algodão, arroz, milho e soja</i>	50	
	<i>Abacaxi, alface, alho, amendoim, batata, berinjela, beterraba, cana-de-açúcar, cebola, cenoura, couve-flor, girassol, morango, pepino, pimentão, repolho, tomate e vagem</i>	40	
	<i>Maçã e uva</i>	50	32.000
	<i>Ameixa, café, caqui, figo, goiaba, kiwi, laranja, limão e demais cítricos, nectarina, pêra e pêssego</i>	40	
Pecuário		30	32.000
Florestal		30	32.000
Aquícola		30	32.000
TOTAL DE LIMITES			192.000

Tabela 11

Fonte: SPA/DEGER

Foram aplicados R\$ 61 milhões em subvenção ao prêmio do seguro rural, proporcionando cobertura para 2,3 milhões de hectares e garantindo capitais da ordem de R\$ 2,7 bilhões. O resultado foi significativamente maior que o verificado nos anos anteriores.

O resultado de 2007, em relação ao desempenho do programa em 2006, foi 96%

maior em valor subvenção aplicado. Com relação ao ano anterior, o número de produtores beneficiados aumentou 67%. A área segurada foi 46% maior, o valor do prêmio total cresceu 80% e o número de apólices emitidas foi ampliado em 45%. Para 2008, foram previstos R\$ 160 milhões, na Lei Orçamentária Anual, para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural.

**Desempenho do Programa de Subvenção ao Seguro Rural (2006/2007)**  
(em R\$)

2006					
Atividade	Subvenção Pagá (R\$)	Prêmio Total (R\$)	Importância Segurada (R\$)	Área Segurada (ha)	Apólices Emitidas
Soja	22.137.748	45.312.115	1.139.140.505	1.400.624	18.032
Maçã	5.351.096	13.845.729	169.005.347	9.267	713
Uva	2.033.612	5.197.862	94.376.837	8.694	2.041
Milho	141.636	295.931	6.578.876	10.011	267
Pecuária	103.650	350.900	12.607.174	-	94
Florestas	128.431	2.439.164	1.387.726.647	119.221	15
Outras	1.225.688	3.677.309	59.890.388	12.532	617
<b>Total</b>	<b>31.121.861</b>	<b>71.119.010</b>	<b>2.869.325.773</b>	<b>1.560.348</b>	<b>21.779</b>
2007					
Atividade	Subvenção Pagá (R\$)	Prêmio Total (R\$)	Importância Segurada (R\$)	Área Segurada (ha)	Apólices Emitidas
Soja	27.922.459	56.907.287	1.273.342.458	1.662.551	17.822
Maçã	10.841.726	23.050.663	269.684.095	19.121	1.284
Uva	4.758.410	9.697.000	252.372.233	13.093	3.747
Milho	8.299.355	16.462.603	373.595.121	347.329	5.104
Pecuária	527.580	1.778.831	56.242.843	-	254
Florestas	546.799	2.750.028	177.034.928	99.309	100
Outras	8.065.664	17.094.758	303.764.427	134.842	3.326
<b>Total</b>	<b>60.961.993</b>	<b>127.741.170</b>	<b>2.706.036.105</b>	<b>2.276.245</b>	<b>31.637</b>

**Tabela 12**

Fonte: SPA/DEGER

#### 4.1.1. Outros Benefícios

O produtor que contratar seguro rural tem direito a um acréscimo de 15% em seu limite de financiamento, com recursos, a juros controlados, para o custeio da produção agrícola.

A parcela não subvencionada do prêmio do seguro rural pode ser financiada com recursos controlados do crédito rural. O desembolso de recursos para esse fim é dispensável, quando a contratação do seguro rural for feita pelo produtor.

Com o objetivo de reduzir, ainda mais, o valor do prêmio do seguro rural para o produtor, está em negociação com vários governos estaduais a criação de programas estaduais de subvenção. O estado de São Paulo já oferece subvenção ao prêmio do seguro rural para os seus produtores e o governo de Minas Gerais já aprovou um programa de subvenção, com operacionalização prevista para iniciar este ano. Outros estados também já estão desenvolvendo projetos nesse sentido.

#### 4.1.2. Fundo de Catástrofe

Entre as ações do Governo para a consolidação do seguro rural, destaca-se a proposta de criação do Fundo de Catástrofe. O Projeto de Lei Complementar encaminhado para o Congresso Nacional, em maio, prevê que o novo fundo substitua o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural e funcione como um instrumento de resseguro suplementar, no caso de ocorrência de catástrofes climáticas.

O Fundo de Catástrofe é fundamental para a consolidação do seguro rural privado no País, já que existe elevada probabilidade de ocorrer sinistros em uma mesma região (um evento climático pode atingir de forma generalizada as lavouras seguradas). Ele também beneficia o mercado segurador que necessita de cobertura de resseguro suplementar para honrar os compromissos assumidos junto aos produtores rurais.

A criação do Fundo de Catástrofe estimula a expansão da oferta de produtos de seguro, particularmente nas regiões de clima mais instáveis. O fundo deverá ser formado por um consórcio privado que contará com a contribuição das seguradoras e com subvenção pública. A idéia é que a subvenção para a atividade operacional do consórcio seja eventual e oferecida tanto pelo governo federal quanto pelos governos estaduais interessados em ampliar a oferta do seguro rural.

#### 4.2. Zoneamento Agrícola de Risco Climático

Entre os instrumentos de gestão de riscos na agricultura, destaca-se o zoneamento agrícola de risco climático, divulgado pelo Mapa desde 1996. Exemplo de ciência aplicada à prática, o zoneamento agrícola é uma ferramenta de política pública para a orientação de agricultores, profissionais do setor agropecuário, agentes financeiros e seguradoras.

O zoneamento é um pacote técnico-científico que tem o objetivo de fornecer informações que orientem o produtor a decidir sobre qual cultura plantar, em que período e em que localidade, para minimizar os riscos de perdas ocasionadas por eventos climáticos adversos, nas fases mais sensíveis das lavouras. O zoneamento é, portanto, um instrumento de política pública indutor do investimento privado, na medida em que permite maior eficiência da exploração das atividades econômicas do meio rural.

Os estudos de zoneamentos são elaborados a partir da análise das séries climáticas históricas (com o mínimo de 15 anos de dados diários) e do cruzamento desses dados com informações sobre o ciclo das culturas e os tipos de solos. Esses dados são incorporados a modelos matemáticos e estatísticos, dos quais são extraídos índices que refletem, ao longo dos anos, a existência ou não de deficiência ou restrição de água no desenvolvimento da cultura.



O período de plantio recomendado pelos estudos proporciona uma probabilidade de pelo menos 80% de sucesso na condução das lavouras. A cada dez anos plantados, o agricultor tem a garantia de produzir o esperado em pelo menos oito anos.

Esse trabalho é executado e revisado anualmente por uma equipe multidisciplinar, com uma média de 50 especialistas, que utiliza metodologia desenvolvida por diversos institutos de pesquisa, sob coordenação da Embrapa.

O zoneamento de risco climático vem sendo ampliado com a inclusão de novas culturas e unidades da Federação. Seus indicativos têm atualização anual e seus resultados são divulgados pelo Mapa no Diário Oficial da União. Por se tratarem de pacotes tecnológicos, as portarias de zoneamento também indicam as cultivares por região de adaptação e por ciclo de maturação fisiológica. As cultivares indicadas nas portarias de zoneamento devem constar no Registro Nacional de Cultivares (RNC) do Mapa.

Em 2007, foram divulgados, pela primeira vez, os estudos de zoneamento de risco climático para culturas como a do amendoim, girassol, dendê, ameixa, nectarina, pêra e pêssego.

A partir da safra 2008/2009, serão divulgados os zoneamentos para a cultura da canola para o Sul e coco para o Centro-Oeste e Nordeste. Em respeito à sustentabilidade do meio ambiente, a publicação de zoneamentos de risco climático para a Região Amazônica está condicionada à existência de Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE), em cada Estado. Para essa região, estão previstos estudos, nas próximas safras, para as culturas de algodão, mamona, soja, coco, dendê, entre outras. O estado de Rondônia conta, desde 2006, com estudos de zoneamentos de risco climático para diversas culturas e o estado do Acre será contemplado já na safra 2008/2009.

**Culturas contempladas com indicação  
de Zoneamento de Risco Climático**

CULTURAS ANUAIS	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTAL
Algodão Herbáceo	PR, SP, MG, DF, GO, MS, MT, TO, BA, MA, PI, CE, PB, PE, RN, AL e SE.	17
Arroz de Sequeiro	PR, BA, PI, TO, SP, MG, ES, DF, GO, MS, MT, PB, MA, RO e AC.	15
Arroz Irrigado	SC, RS e SP.	3
Amendoim	RS, SC, PR, SP, MG, ES, RJ, MS, MT, GO, DF, BA e TO.	13
Canola	PR, SC e RS.	3
Cevada não Irrigada	RS, SC e PR.	3
Cevada Irrigada	DF, GO, SP e MG.	4
Feijão 1ª Safra	RS, SC, PR, BA, TO, SP, MG, ES, RJ, DF, GO, MS, MT, SE e AC.	15
Feijão 2ª Safra	SP, DF, GO, MT, RS, PR, MG, RJ, ES, MS, TO e RO.	12
Feijão 3ª Safra	PR, RJ.	2
Feijão Caupi	AL, BA, MA, PI, CE, PB, PE, RN e SE.	9
Girassol	RS, SC, PR, SP, MG, GO, DF, MS, MT, BA, PI, MA, TO e RN.	14
Mandioca	AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN, SE, ES, MG, RJ, SP, PR, RS, SC, DF, GO, MS, MT, RO TO e AC.	23
Milho	RS, SC, PR, SP, MS, MG, ES, DF, GO, MT, BA, MA, PI, AL, CE, PE, PB, RN, SE, TO, RJ, RO e AC.	23
Milho 2ª Safra	PR, SP, MG, RJ, DF, GO, MT e MS.	8
Soja	RS, SC, PR, BA, MA, PI, SP, MG, DF, GO, MT, MS, TO e RO.	14
Sorgo Granífero	RS, SP, MG, DF, GO, MT, MS, PE, CE, PB, AL, BA, MA, PI, RN, SE e TO.	17
Trigo Sequeiro	RS, SC, SP, MG, DF, GO, PR, MS e MT.	9
Trigo Irrigado	SP, MG, DF, GO, MT e MS.	6
CULTURA SEMI-PERENE	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	
Mamona	RS, SC, PR, SP, MG, GO, DF, MS, MT, TO, BA, CE, MA, PI, RN, AL, PB, PE, SE e RO.	20
CULTURAS PERENES	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	
Améixa	RS, SC e PR	3
Banana	SC, SP, RJ, BA, MG, CE, MA, AL, PB, PE, PI, RN e SE.	13
Café	MG, GO, PR, SP, DF, BA, ES, MT, MS e RO.	10
Caju	CE, MA, PI, RN, AL, SE, BA, PB e PE.	9
Côco	AL, BA, CE, GO, PB, PE, RN, SE, TO.	9
Dendê	BA, MA, PI e AC.	4
Maçã	RS, SC e PR.	3
Nectarina	RS, SC e PR.	3
Pêra	RS, SC e PR.	3
Pêssego	RS, SC e PR.	3
Uva	RS, SC, SP, BA e PE.	5
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>295</b>

**Tabela 13**

Em consonância com o Plano Nacional de Agroenergia, o Departamento de Gestão de Risco Rural tem divulgado/realizado, desde 2006, estudos de zoneamento agrícola de risco climático para diversas culturas, com potencial para produção de bioenergia. Dessa forma, além das culturas tradicionais que já contavam com esses indicativos, como a soja e o algodão, os estudos foram ampliados, para a cultura da mamona, para estados do Centro-Sul, e amendoim, girassol e dendê, para estados de diversas regiões do País.

Conforme indicado na Tabela 13, no período safra 2008/2009 serão relacionadas 25 culturas e os 23 estados brasileiros contemplados com 295 estudos de zoneamento. A expectativa, para 2008, é de que estados e culturas, como canola e coco, não contemplados pelo zoneamento, também disponham desse instrumento com indicativos para a safra 2008/2009. A projeção do Mapa para 2012 é publicar, anualmente, 600 estudos de zoneamento.

#### **4.3. Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro)**

O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), instituído em 1973, garante ao produtor rural a quitação do saldo devedor relativo ao crédito de custeio agrícola, bem como o valor dos recursos próprios aplicados, cobrindo as perdas de receita parcial ou total decorrentes de fenômenos climáticos naturais, pragas e doenças sem controle conhecido, que atingem bens, rebanhos e plantações.

Desde a safra 2004/2005, o enquadramento de operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no Proagro, passou a se denominar Proagro Mais. Para aderir ao programa, o produtor deve pagar o adicional do Proagro (taxa de prêmio), cujas alíquotas são diferentes, de acordo com a

tecnologia utilizada e o produto amparado, além de seguir os indicativos do zoneamento agrícola de risco climático, divulgados pelo Mapa.

O Proagro dá cobertura às perdas decorrentes dos seguintes eventos climáticos adversos nas operações de custeio agrícola:

- Fenômenos naturais fortuitos e suas conseqüências diretas e indiretas relacionadas aos seguintes eventos: chuva excessiva, geada, granizo, seca, variação excessiva de temperatura, ventos fortes e ventos frios;
- Doença fúngica ou praga sem método difundido de combate, controle ou profilaxia, técnica e economicamente exequível.

O produtor pode contratar direta e livremente a prestação de serviços de assistência técnica ao imóvel, admitindo-se a inclusão no orçamento para fins de enquadramento no Proagro, quando a assistência for financiada.

#### **4.4. Comissão Especial de Recursos (CER)**

A CER é um órgão colegiado que tem a competência de julgar, em única instância administrativa, os recursos relativos às apurações de prejuízos e respectivas indenizações, interpostos por mutuários, contra decisões dos agentes financeiros, em operações do Proagro e do Proagro Mais.

A CER conta com turmas especiais de julgamento em Brasília (DF), Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS). Em 2007, a Comissão julgou 5,5 mil processos. A Secretaria-Executiva e o apoio administrativo da CER são exercidos pelo Departamento de Gestão de Risco Rural, por intermédio da Coordenação-Geral de Zoneamento Agropecuário, além de representantes dos agricultores, agentes financeiros e entidades de classe.





# 5

Reestruturação da  
Dívida Rural





## 5 Reestruturação da Dívida Rural

O ano-safra 2008/2009 começa com perspectivas de melhoria da liquidez do produtor rural, uma vez que já tramita, no Congresso Nacional, a Medida Provisória 432, que reestrutura a dívida rural brasileira, calculada em R\$ 87,5 bilhões. A MP 432 resultou de trabalho conjunto, ao longo de dez meses, entre os ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, da Integração Nacional e da Fazenda.

Com o objetivo de regularizar as dívidas acumuladas pelo setor desde a década de 80, a MP contempla R\$ 75 bilhões e tem potencial para atender 2,8 milhões de contratos. Inclui ainda medidas de estímulo ao desenvolvimento da agricultura familiar e do agronegócio brasileiro, com destaque para a renegociação das dívidas dos mutuários inscritos no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN). Nesse caso, a inscrição deve ter sido motivada pela dívida objeto da renegociação e para a prorrogação do prazo de contratação das operações do Financiamento de Recebíveis do Agronegócio (FRA) para 30 de setembro de 2008.

A meta é garantir a recuperação da renda agrícola nacional e o retorno de recursos públicos que estavam comprometidos pelas dívidas dos produtores rurais. Dessa forma, ao garantir a recomposição da dívida agrícola, o governo contribui para o aproveitamento pleno do potencial agrícola do país.

**Diretrizes** – A reestruturação da dívida pretende facilitar a liquidação das operações efetuadas nas décadas de 80 e 90, já tantas vezes renegociadas, de maneira que possibilite a regularização das pendências pelos mutuários inadimplentes. Para evitar um novo acúmulo de dívidas, a medida estabelece a redução de encargos financeiros de alguns programas mais recentes, de investimento rural e dos custos prorrogados.

A MP 432 define diferentes formas de negociação para cada grupo de dívida, ou seja, as propostas variam por programa e tipicidade. As diretrizes são de redução dos encargos por inadimplemento incidentes sobre as prestações vencidas e não pagas; de diluição do saldo devedor vencido entre as parcelas vincendas; de concessão de prazo adicional para pagamento; de redução das taxas de juros das operações com encargos mais elevados e de concessão de descontos para liquidação das operações antigas com risco da União.

As condições gerais da renegociação visam à liquidação ou a normalização das dívidas originárias de crédito rural e podem ser sintetizadas em cinco pontos:

I – Para as operações antigas, efetuadas com risco da União, dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) ou do Centro-Oeste (FCO) e do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), serão concedidos descontos estabelecidos em percentuais

inversamente proporcionais ao valor das dívidas, ou seja, quanto maior o saldo devedor menor o desconto;

II - Para as operações de crédito, em situação de inadimplência, sujeitas a encargos atrelados à Taxa Média Selic (TMS) mais 1%, os encargos serão substituídos pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) mais 6% ao ano;

III - O Conselho Monetário Nacional (CMN) irá definir os prazos para que os mutuários manifestem interesse em aderir ao processo de reestruturação do endividamento, para a amortização do valor mínimo exigido sobre as prestações vencidas, para renegociação do saldo devedor e para que os agentes financeiros formalizem as renegociações;

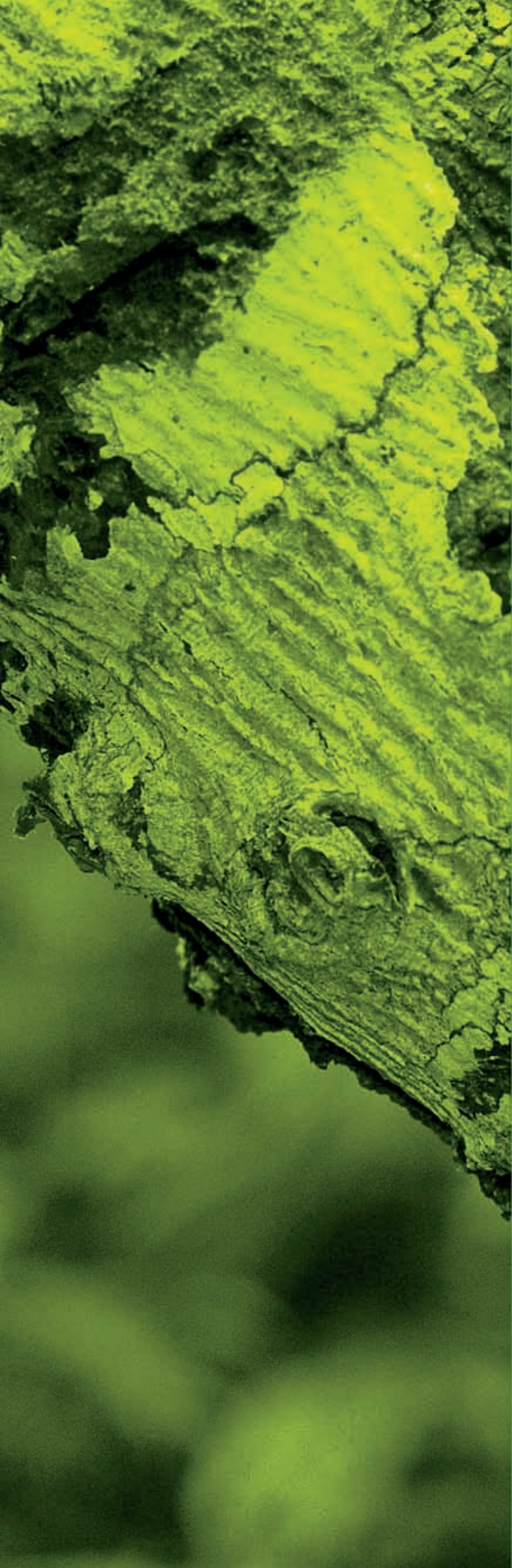
IV - Nas operações em que os mutuários são representados por uma cooperativa ou associação, serão considerados, para efeito de enquadramento nas faixas de desconto, os valores devidos por cooperado (os saldos devedores serão divididos pelo número total de cooperados ou associados ativos da entidade);

V - Os custos dos descontos serão pagos pelo Tesouro Nacional (operações com risco da União), pelos Fundos Constitucionais de Financiamento (operações lastreadas com seus recursos) e pelo Funcafé (operações com recursos e risco dessa fonte).









# 6

**Medidas Setoriais**



## 6 Medidas Setoriais

O Plano Agrícola e Pecuário desta safra traz medidas específicas para alguns setores, programadas para amenizar problemas conjunturais e estruturais, reforçando aos produtores as condições de aproveitar a potencialidade de seu negócio.

### 6.1. Pecuária

- O programa de investimento Moderagro, que tem entre seus objetivos fomentar os setores da avicultura, caprinovinocultura, suinocultura e pecuária leiteira, teve seu limite de financiamento ampliado de R\$ 200 mil para R\$ 250 mil.
- O Proger Rural é destinado aos médios produtores rurais que não detêm área de terra superior a 15 módulos fiscais, sob qualquer título, inclusive forma de arrendamento. No que se refere às condições de acesso ao programa, elevou-se os níveis de renda de referência do produtor de R\$ 220 mil para R\$ 250 mil, e os limites de custeio e investimento foram ampliados de R\$ 100 mil para R\$ 150 mil por beneficiário, em cada safra.

#### 6.1.1. Suinocultura

Na safra 2007/2008, o Governo adotou medidas para compensar as perdas sofridas pelos produtores de suínos, tais como:

a) Concessão de concessão de EGF e Lec de milho para a suinocultura explorada em regime de parceria.

b) Concessão de Lec de carne suína para produtores e suinocultura explorada em regime de parceria.

Além da manutenção dessas medidas, o PAP 2008/2009 inclui alterações específicas para a suinocultura, que estimulam a atividade. São elas:

- O limite de custeio de suinocultura, que não seja de parceria, foi ampliado de R\$ 150 mil para R\$ 200 mil por beneficiário; o limite individual destinado ao custeio da suinocultura explorada sob regime de parceria foi ampliado de R\$ 30 mil para R\$ 36 mil;
- O programa de investimento Moderagro incluiu, entre os itens financiáveis, o financiamento de equipamentos de geração de energia alternativa, a partir de dejetos de suínos;
- Para efeito de enquadramento no Proger Rural, a renda bruta da atividade deve ser abatida em 50% para suinocultura não integrada e 90% para a suinocultura integrada. A norma anterior não previa abate para a suinocultura não integrada o que limitava a tomada de recursos pelos produtores independentes.

#### 6.1.2. Avicultura

- O limite de custeio da avicultura, que não seja de parceria, foi ampliado de R\$ 150 mil para R\$ 200 mil por beneficiário; o limite individual destinado ao custeio da avicultura explorada sob regime de parce-



ria foi ampliado de R\$ 30 mil para R\$ 36 mil para perus e de R\$ 20 mil para R\$ 24 mil para as demais aves.

- Para efeito de enquadramento no Proger Rural, a renda bruta da atividade deve ser abatida em 50% para avicultura não integrada e 90% para a avicultura.

### 6.1.3. Caprinovinocultura

- Por duas safras consecutivas, o Mapa optou pela reedição da LEC para lã. Em 2007, foram aplicados R\$ 12,5 milhões por meio dessa linha de crédito. Essa medida, juntamente com a ampliação do prazo de pagamento do Moderagro, de até 5 anos para até 8 anos, adotada no último Plano Agrícola e Pecuário, foram de grande importância para esse segmento da pecuária brasileira. O atual Plano Agrícola e Pecuário amplia o limite de custeio da caprinovinocultura dos atuais R\$ 100 mil para R\$ 130 mil por beneficiário.

### 6.1.4. Pecuária de Leite

- O limite de custeio para a pecuária de leite foi ampliado de R\$ 150 mil para R\$ 200 mil por beneficiário;

- Dentro do Moderagro, o limite de crédito para o financiamento da reposição de matrizes bovinas ou bubalinas, no âmbito do PNCEBT, foi ampliado de R\$ 75 mil para R\$ 100 mil por beneficiário e de R\$ 1,5 mil para R\$ 2 mil por animal;

- O limite do EGF foi ampliado de R\$ 150 mil para R\$ 200 mil por produtor.

## 6.2. Trigo

Com o objetivo de aumentar em 25% a produção de trigo na safra 2008/2009, o Mapa lançou o Plano Nacional de Trigo que reúne medidas que objetivam garantir uma produção de 4,75 milhões de toneladas, o que corresponde a 47% da demanda brasileira. A estimativa de aumento da produção de trigo tem como base a produtividade da safra 2007/2008, de 2,1 mil quilos por hectare.



Entre as medidas do Governo de apoio ao trigo, destacam-se o reajuste de 20% no preço mínimo do trigo para a safra 2008/2009, a ampliação do limite de financiamento para custeio das lavouras de trigo de sequeiro para R\$ 400 mil por produtor (um reajuste de 33%), e ampliação do período de contratação de Empréstimo do Governo Federal (EGF) para o ano todo, e não apenas para o período de safra.

Também estão previstas a criação do LEC para comercialização com taxas de juros de 6,75% ao ano e a garantia de R\$ 1,2 bilhão do crédito rural. Com essas ações, o Governo reafirma seu comprometimento em apoiar a produção e a comercialização



do trigo, diminuindo a dependência externa do País em relação ao cereal. O reajuste dos preços mínimos, em níveis que garantam preço ao produtor e sustentem a formação da renda da atividade, foi um sinal claro nesse sentido.

Estimular a produção de trigo no Brasil é o desafio do Mapa, pois a lavoura de trigo enfrenta grande risco climático. Para minimizar esses efeitos, o Mapa tem realizado estudos de zoneamento de risco climático para a cultura do trigo, nos principais estados produtores, inclusive para trigo irrigado nos estados das regiões Centro-Oeste e Sudeste. Conta ainda com subvenção de 60% do valor do prêmio para contrata-

ção de Seguro Rural. O alto custo de produção é outro fator que inibe a ampliação da área de trigo no Brasil. A cultura, entretanto, tem papel relevante na produção de soja já que o trigo, ao ser cultivado em sucessão à oleaginosa, mantém o solo fertilizado.

### 6.3. Café

#### **Ações para o Agronegócio do Café**

O Programa Desenvolvimento da Economia Cafeeira tem o objetivo de implementar políticas, dos setores público e privado, que propiciem a geração de renda e desenvolvimento da cadeia agroindustrial

do café, além de promover geração de divisas, emprego e inserção social de forma sustentável. Destina-se também ao desenvolvimento de pesquisas, incentivo à produtividade e competitividade dos setores produtivos, qualificação da mão-de-obra e promoção e marketing dos Cafés do Brasil nos mercados interno e externo.

### **Intensificação do apoio ao financiamento da cafeicultura, inclusive renegociação das dívidas alongadas do Funcafé**

Para a safra 2008/2009, o Mapa intensificará a liberação de linhas de crédito para o financiamento da colheita, estocagem e custeio, com alocação de maior volume de recursos. A linha de financiamento da colheita poderá ser convertida integralmente em estocagem, com prazo de vencimento alongado em até 18 meses e taxa de juros reduzida de 9,5% para 7,5% ao ano. O objetivo dessa medida é consolidar a política anticíclica, efeito da bianualidade do café (uma colheita maior seguida de uma colheita pequena) e, ainda, estabelecer um fluxo regular da oferta do produto.

A distribuição do orçamento de R\$ 2,4 bilhões do Funcafé nas linhas de financiamento será a seguinte: R\$ 453 milhões para custeio, R\$ 496 milhões para colheita, R\$ 898 milhões para estocagem, R\$ 313 milhões para Financiamento para Aquisição de Café (FAC) e R\$ 240 milhões para investimento. Essa última linha de financiamento dependerá de disponibilidade financeira e aprovação do Conselho Deliberativa da Política do Café (CDPC).

Em razão do aumento dos custos dos principais fatores de produção, o governo federal, conforme disposto no artigo 6º da MP 432, autorizou o reescalonamento das operações alongadas do Funcafé (dação em pagamento) até 2020. Também concedeu descontos fixos e variáveis aos produtores que optarem pela liquidação total das referidas operações.



## **Pesquisa e Desenvolvimento do Café**

O Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café), coordenado pela Embrapa, é executado no âmbito do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café), que congrega cerca de 60 instituições de pesquisa no país. Ele tem o objetivo de desenvolver estudos, pesquisas e atividades capazes de dar sustentação tecnológica e econômica à cadeia produtiva do café, no sentido de expandir e consolidar a capacidade de identificar problemas e gerar alternativas tecnológicas.

No exercício de 2008, estão previstos para o PNP&D/Café, no orçamento aprovado do Funcafé, recursos da ordem de R\$ 12 milhões, sob a forma de descentralização de crédito, para que a Embrapa possa cumprir a programação em andamento e os projetos novos a serem contratados nesse período.

## **Levantamento da safra de café, estoques privados e custos de produção**

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por demanda do CDPC, realiza anualmente o levantamento da safra de café, dando continuidade aos estudos de aperfeiçoamento e à avaliação dos métodos de estimativa de área cultivada e produtividade da cultura no Brasil. O objetivo é promover, na realização do mapeamento das lavouras e aplicação de modelos agrometeorológicos, a uniformização dos modelos estatísticos, com o emprego do Global Positioning System (GPS) e Sistemas de Informações Geográficas.

A conclusão do levantamento de estoques privados, bem como a quantificação do estoque de passagem e a quantidade de café em estoque, ocorre sempre no dia 31 de março, data que antecede a entrada da nova safra. O levantamento dos estoques da safra 2007/2008 foi concluído neste ano de 2008.

Com o intuito de subsidiar o planejamento estratégico da política cafeeira, a Conab também realizará o levantamento dos custos de

produção nas regiões produtoras, com base no acompanhamento mensal da evolução dos preços dos insumos. No exercício de 2008, serão investidos recursos da ordem de R\$ 1,4 milhão, sob a forma de descentralização de crédito para a Conab.

Para assegurar aos agentes privados do sistema agroindustrial do café informações precisas sobre a oferta interna do produto, o Mapa e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) harmonizaram, em 2007, os métodos estatísticos adotados nas previsões oficiais de safra realizadas pela Conab e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, a partir da safra 2008/2009, as previsões de produção interna de café serão elaboradas e divulgadas conjuntamente pelas duas instituições.

## **Promoção e Marketing dos Cafés do Brasil no País e exterior**

As ações de promoção dos Cafés do Brasil têm o objetivo de criar as bases de uma imagem positiva do produto brasileiro. Para isso, foram estabelecidas as seguintes metas:

- Consolidar e ampliar os negócios com o café nos mercados interno e externo;
- Garantir visibilidade e traduzir a excelência dos produtos e dos fornecedores nacionais.
- Ampliar permanentemente o consumo do café, permitindo a conquista contínua de novos consumidores;
- Criar novos canais de distribuição;
- Aperfeiçoar a qualidade dos produtos;
- Informar e orientar os públicos-alvo para os benefícios sociais e reais que a cafeicultura tem proporcionado ao País.

No âmbito do Programa de Desenvolvimento da Economia Cafeeira, o Programa Integrado de Marketing do Café (PIM/Café) é uma das prioridades definidas pelo CDPC e tem quatro grandes linhas de ação:

#### ■ **Programas de Promoção Comercial:**

feiras nacionais e mundiais de alimentos e bebidas e de cafés especiais; programa de degustação dos Cafés do Brasil no exterior; campanha publicitária anual nacional de estímulo ao consumo de café; concursos de qualidade do café; e participação em seminários, congressos e congêneres.

■ **Programas Estratégicos:** formação da equipe 'Café Também é Saúde' e ações no território nacional; projeto 'Café na Merenda Escolar'; projeto comprador e vendedor - verde, especiais, industrializado; projeto de ampliação do comércio de café na Ásia.

■ **Programas de criação de materiais informativos e educativos sobre Cafés do Brasil:** produção de folders e outros materiais promocionais para uso em feiras, exposições, visitas, bem como distribuição no mercado interno; produção e veiculação, em mídia de massa, de peças sobre qualidades, regiões, preparações, história, tipos, formas de consumo e outras informações de utilidade pública; campanha Café e Saúde; e pesquisa tendências do consumo de Café no Brasil.

■ **Projetos Complementares:** projetos para comemoração do centenário da imigração japonesa, entre outros.

Em 2008, por intermédio do Funcafé, serão investidos R\$ 8 milhões na publicidade dos Cafés do Brasil em nosso País e R\$ 5 milhões na promoção do café brasileiro no exterior, totalizando R\$ 13 milhões.

#### **Padrão mínimo de qualidade do café torrado e moído comercializado no Brasil**

Para garantir a qualidade dos cafés torrados e moídos e, conseqüentemente, contribuir para o aumento do consumo no País, o Mapa elaborou instrução normativa que permitirá a fiscalização da qualidade do produto comercializado no mercado interno. O regulamento foi submetido à consulta pública, em 25 de março de 2008, e será aplicável aos cafés produzidos internamente, importados ou adquiridos por meio de licitações governamentais.

## 6.4. Agroenergia

A agricultura mundial, além de produzir alimentos e fibras, tem assumido um novo papel. Inserida definitivamente no mercado de energia, ela produz matérias-primas que podem ser convertidas em biocombustíveis. O Brasil ocupa posição de vanguarda e liderança nesse campo, e instituiu, no âmbito do Governo Federal, o Programa de Desenvolvimento da Agroenergia no Plano Plurianual 2008/2011. Esse Programa, detalhado a seguir, tem o objetivo de contribuir para o aumento da participação da agroenergia na matriz energética brasileira, de forma competitiva e sustentável.

### **Programa Desenvolvimento da Agroenergia**

O Programa Desenvolvimento da Agroenergia tem o intuito de promover a coordenação das diferentes áreas do Governo com foco no fortalecimento da pesquisa, transferência de tecnologia, apoio à organização produtiva e cooperação internacional. Busca-se como resultado o desenvolvimento dos mercados interno e externo.

A sustentabilidade econômica, ambiental e social dos biocombustíveis depende de um conjunto de ações: realização de estudos para identificação das matérias-primas mais apropriadas, a serem cultivadas nas áreas de influência das unidades industriais; intensificação das pesquisas com foco no aumento da produtividade dessas matérias-primas; e fortalecimento das ações de apoio à organização produtiva (associativismo e cooperativismo) e de transferência de tecnologias, buscando assegurar a inserção competitiva dos pequenos e médios produtores rurais nas cadeias produtivas da agroenergia.

No plano externo, o propósito do Governo é transformar os biocombustíveis em commodities internacionais. Para tanto, além de se articular com países desenvolvidos (principais consumidores de combustíveis), o Governo está fortalecendo a cooperação com outros países tropicais, que reúnem condições para

seguir o exemplo brasileiro. O objetivo é demonstrar que a produção e o uso de biocombustíveis, além de contribuir para a maior segurança energética, pode ser um vetor de desenvolvimento econômico e social no meio rural.

### **Ações estratégicas do Governo para a agroenergia**

■ **Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar:** o zoneamento agroecológico busca identificar as áreas com maior aptidão para a cana-de-açúcar e também as áreas onde deve ser evitado seu plantio (áreas de reservas ambientais, ecossistemas sensíveis, reservas indígenas e regiões com outras cadeias produtivas agroindustriais já consolidadas).

■ **Zoneamento agrícola de oleaginosas para a produção de biodiesel:** o Mapa trabalha de forma integrada com a Embrapa e o MDA, no sentido de incorporar no cronograma do zoneamento agrícola as culturas consideradas prioritárias pelo Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. Com essa medida, o Governo poderá incentivar os agricultores a investirem nas melhores alternativas regionais, o que aumenta a eficiência produtiva e reduz os riscos de perdas de safra, facilitando o acesso ao crédito rural e ao seguro agrícola.

■ **Fortalecimento das parceiras internacionais:** o governo brasileiro articulou a criação do Fórum Internacional de Biocombustíveis, que envolve também os Estados Unidos, União Européia, China, Índia e África do Sul. Além disso, o País mantém acordos de cooperação e memorandos de entendimento com diversos países (África do Sul, Alemanha, Argentina, Dinamarca, Estados Unidos, França, Holanda, Índia, México, Paraguai, Reino Unido, Suécia, Uruguai, entre outros), cujo propósito é trabalhar conjuntamente para o desenvolvimento do mercado de biocombustíveis.

É importante ressaltar que os biocombustíveis podem ser produzidos a partir de uma grande variedade de matérias-primas. Entretanto, como se trata de energia de biomassa, as matérias-primas produzidas nos países tropicais - como a cana-de-açúcar (para a produção de álcool), a palma ou dendê (para a produção de biodiesel) - apresentam balanços ambientais e energéticos mais favoráveis e custos de produção significativamente menores.

■ **Criação de diretrizes para a certificação sócio-ambiental dos biocombustíveis:** o governo federal deverá elaborar um Termo de Referência contendo requisitos mínimos de qualidade e segurança no trabalho, adicionais ao estabelecido pela legislação vigente. Ele deverá ser feito tendo em vista os critérios ambientais para provar que os biocombustíveis são produzidos no Brasil com respeito ao meio ambiente e, acima de tudo, com a valorização de todos os aspectos das cadeias produtivas. Essas medidas deverão qualificar os produtores brasileiros a exportarem para os mercados mais exigentes.

■ **Estruturação da Embrapa Agroenergia:** uma nova unidade na Embrapa está sendo estruturada com o propósito de coordenar ações de pesquisa em agroenergia. Esse centro terá duas missões principais: gerenciar a pesquisa no âmbito da própria Embrapa e estabelecer parcerias estratégicas com outros centros de referência, com o propósito de reduzir a duplicidade de esforços e o desperdício de recursos.

■ **Ações complementares:** implantação de um sistema informatizado (SAPCana) para receber informações das usinas de açúcar e álcool e aprimorar o levantamento de safra de cana-de-açúcar, realizado pela Conab. O objetivo é aumentar o nível de precisão das informações, inclusive em relação às novas áreas que estão sendo ocupadas.





# 7

**Medidas Estruturais**





## 7 Medidas Estruturais

### 7.1. Logística para Escoamento da Safra

O agronegócio brasileiro é um dos mais competitivos do mundo e tem a seu favor fatores como a natureza, a tecnologia de produtos, altos índices de produtividade e ampla disponibilidade de terra para cultivo. O aproveitamento dessas condições e de uma conjuntura favorável do mercado mundial de alimento depende, no entanto, da adequada disponibilidade de infra-estrutura de transporte e logística, capaz de garantir o escoamento das safras para o mercado interno e para os principais portos exportadores, de forma competitiva e com lucratividade para os diversos segmentos da agropecuária nacional.

Nesse sentido, em ações articuladas com órgãos do governo federal, o MAPA identificou ações e obras de infra-estrutura determinantes para a melhoria da renda do produtor rural. O resultado já está materializado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que contempla obras importantes como a dragagem do canal de navegação e da bacia de atracação no Porto do Itaqui. Junto com a obra do Terminal de Grãos do Maranhão (TEGRAM), em São Luis (MA), viabilizarão o aumento da capacidade de embarque do Porto, que passará de 2,1 milhões de toneladas para 3 milhões de toneladas de grãos, em 2009. A segunda fase da obra do TEGRAM Porto prevê a ampliação de sua capacidade para cinco milhões de toneladas.

A pavimentação de 400 km da BR 158, entre os municípios de Ribeirão Cascalheira (MT) e a divisa do Mato Grosso com o Pará, favorecerá o escoamento da produção agrícola do Leste e Nordeste do Mato Grosso.

Estão em andamento obras rodoviárias de restauração, duplicação, pavimentação, conservação e construção de vias. Por exemplo:

- BR 364 – as obras de construção e pavimentação de 185 km do trecho de Diamantino a Campo Novo do Parecis (MT) devem ser concluídas no 4º trimestre de 2010;
- BR 163 – o trecho de 1.024 km entre Guarantã do Norte (MT) e Santarém (PA) está sendo pavimentado e a conclusão da obra está prevista para o 4º trimestre de 2011;
- BR 242 – interligação dos municípios de Ribeirão Cascalheira e Sorriso (MT) para encurtar as distâncias percorridas na movimentação de produtos;
- BR 174 – obras de manutenção e conservação no trecho da rodovia, no Mato Grosso, serão concluídas até o final de 2008.

No rio Tocantins (PA), está prevista para 2010 a conclusão da primeira eclusa de Tucuruí e de outras obras necessárias para a navegação até Vila do Conde (PA).

A Ferrovia Norte-Sul, que integrará os estados do Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul e São Paulo, terá 2.258 km de extensão. No trecho Norte, de Açailândia (MA) a Palmas (TO), estão em obras 358 km a serem concluídos até o final de 2009. Outros 147 km já estão construídos. O trecho Sul, que inicialmente ligaria somente Palmas (TO) a Anápolis (GO), será estendido para Santa Fé do Sul (SP), Panorama (SP) e Porto Murtinho (MS). Esse trecho terá 1.538 km e o leilão da concessão será realizado em março de 2009.

Concluídas as obras da Ferrovia Norte-Sul, os produtores agrícolas do Tocantins, do Sul do Maranhão, do Leste do Mato Grosso e do Oeste da Bahia terão a alternativa de escolher o modal de transporte mais competitivo, ou utilizar o transporte multimodal, para embarcar o produto pelos portos da região Centro-Norte.

Na região Nordeste, a concessionária Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN) está construindo a Ferrovia Nova Transnordestina, que ligará os portos de Pecém (CE) e Suape (PE) a Eliseu Martins (PI). A conclusão está prevista para dezembro de 2010. Estudos de viabilidade técnico-econômica e ambiental de conexão da Ferrovia Transnordestina e Ferrovia Norte-Sul, trecho Estreito (MA) a Eliseu Martins (PI), serão concluídos até agosto de 2008.

Importantes levantamentos foram iniciados para a concessão da Ferrovia de Integração Leste-Oeste, de Ilhéus (BA) a Alvorada (TO), e da Ferrovia de Integração Centro-Oeste Leste, que terá como ponto de partida a cidade de Uruaçú (GO), passando pelos municípios mato-grossenses de Cocalinho, Água Boa, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Campo Novo dos Parecis, chegando em Vilhena (RO). Pela rodovia BR 364, a produção será escoada, via porto, em Porto Velho (RO).

Outra obra ferroviária importante para o Centro-Oeste, a ser concluída até dezembro de 2010, é o trecho de 260 km entre Alto Araguaia/Rondonópolis da Ferronorte-MT.

Juntas, essas obras consolidarão o Corredor Centro-Norte e irão contribuir com a redução dos custos do produtor com fretes, além de aliviar a pressão sobre os portos das Regiões Sul e Sudeste, dando-lhes condições de se reestruturarem para atender novas demandas.

O agronegócio também será beneficiado pela construção de um ramal da Ferrovia do Oeste do Paraná (Ferroeste), ligando Cascavel (PR) até Maracaju (MS). Esse ramal da Ferroeste permitirá a importação de insumos e matérias-primas, além de alimentar a indústria de carne de frango e suínos do oeste de Santa Catarina com o milho e a soja produzidos no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Oeste e Sudoeste do Paraná. Também estão previstos no PAC estudos para a construção da Ferrovia do Frango Itajaí/Chapecó, em Santa Catarina.

A conclusão dessas obras ferroviárias reduzirá a dependência do setor produtivo do transporte rodoviário, permitirá a redução de custos com a movimentação de produtos e o aumento da renda dos produtores rurais.

Para os portos, está em andamento o Programa Nacional de Dragagem, implementado pela Secretaria Especial de Portos. Ele prevê a dragagem de 77,4 milhões de metros cúbicos, beneficiando 16 portos brasileiros. Dentre eles, estão sete importantes centros importadores/exportadores de insumos e produtos agropecuários, como Rio Grande, Paranaguá, São Francisco do Sul, Itajaí, Santos, Vitória, Aratu e Itaqui. O programa garantirá a atracação de navios dentro do calado especificado, o aumento do volume e velocidade de carregamento, a redução do pagamento de multa pela espera e a redução dos fretes marítimos.

## **7.2. Eliminação do AFRMM Sobre a Importação de Insumos Agropecuários**

A alíquota de 25% do Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante



(AFRMM), incidente sobre as importações de insumos agropecuários, e também na cabotagem (para transporte de produtos agropecuários), aumenta ainda mais os custos agropecuários. Por isso, o Mapa defende a eliminação do AFRMM, o que dará vantagens competitivas ao setor agropecuário brasileiro. Desde maio deste ano, a importação de trigo conta com isenção do AFRMM, medida válida até dezembro de 2008.

### **7.3. Abertura do Mercado de Navegação de Cabotagem para Produtos Agropecuários**

A reserva de mercado para navios de bandeira brasileira no transporte de cabotagem, principalmente depois da constituição do Mercosul, tornou-se um entrave para a comercialização interna da produção agrícola brasileira. Isso porque a falta de competição do transporte marítimo, entre navios estrangeiros e os de bandeira nacional, encarece o custo do frete e re-

duz a renda do produtor nacional. O Mapa entende que a eliminação dessa reserva de mercado aumentará as condições competitivas da agropecuária brasileira.

### **7.4. Defensivos e Fertilizantes**

A alta dependência externa do Brasil em relação a insumos agropecuários, como defensivos e fertilizantes, e a alta participação desses insumos nos custos de produção são questões estratégicas, vistas, inclusive, como fator de segurança para a produção agrícola nacional. A oferta desses insumos está concentrada em reduzido número de grandes produtores, cujos preços elevados tendem a crescer.

O Governo está mobilizando suas instituições e inteligências para apresentar, até o final de 2008, alternativas de médio e longo prazos, que têm como meta a auto-suficiência, no prazo de dez anos, em nitrogenados e fosfatados, e a redução da dependência de potássio.





Ministério da  
Agricultura, Pecuária  
e Abastecimento

